



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO

ANA PAULA BORBA COSTA

**PROCESSO DE INCUBAÇÃO EM ECONOMIA SOLIDÁRIA À LUZ DE
PRECEITOS DE AUTOGESTÃO: EXPERIÊNCIAS DE ESTUDANTES DE
GRADUAÇÃO DA OASIS/UFRN**

NATAL/RN
2018

Ana Paula Borba Costa

**PROCESSO DE INCUBAÇÃO EM ECONOMIA SOLIDÁRIA À LUZ DE
PRECEITOS DE AUTOGESTÃO: EXPERIÊNCIAS DE ESTUDANTES DE
GRADUAÇÃO DA OASIS/UFRN**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Administração da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Administração, na área de Políticas Públicas.

Orientador: Washington José de Souza, Dr.

NATAL/RN
2018

Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN
Sistema de Bibliotecas - SISBI
Catalogação de Publicação na Fonte. UFRN - Biblioteca Setorial do Centro Ciências Sociais Aplicadas - CCSA

Costa, Ana Paula Borba.

Processo de incubação em Economia Solidária à luz de preceitos de autogestão: experiências de estudantes de graduação da OASIS/UFRN / Ana Paula Borba Costa. - 2018.

77f.: il.

Dissertação (Mestrado em Administração) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Programa de Pós Graduação em Administração. Natal, RN, 2018.

Orientador: Prof. Dr. Washington José de Souza.

1. Incubadora Social - Dissertação. 2. Metodologia de Incubação - Dissertação. 3. Autogestão - Dissertação. 4. Iramuteq - Dissertação. I. Souza, Washington José de. II. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. III. Título.

RN/UF/Biblioteca Setorial do CCSA

CDU 334:378

Ana Paula Borba Costa

**PROCESSO DE INCUBAÇÃO EM ECONOMIA SOLIDÁRIA À LUZ DE
PRECEITOS DE AUTOGESTÃO: EXPERIÊNCIAS DE ESTUDANTES DE
GRADUAÇÃO DA OASIS/UFRN**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Administração da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Administração.

Natal/RN, 29 de junho de 2018.

Washington José de Souza, Dr.
Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Presidente da Banca Examinadora

Elisabete Stradiotto Siqueira, Dr.
Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Examinadora

Gerda Lúcia Pinheiro Camelo, Dr.
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do RN
Examinadora

À Ayla, Aymeé e Paulo, sem vocês nenhuma conquista valeria a pena. À Geirnette e Carlos Alberto dedico sempre meus melhores esforços.

AGRADECIMENTOS

Ao término desta difícil caminhada, agradeço a estes que contribuíram para a concretização deste trabalho.

Primeiramente a Deus, que colocou vários anjos na minha caminhada, me carregou no colo em todas as vezes que eu achei que não conseguiria suportar e fez surgir inspiração nos momentos que faltavam. Que Ele seja glorificado em tudo.

Às minhas filhas, Ayla e Aymeé, por me acompanhar em bancas de mestrado e doutorado, por assistir aulas e orientações comigo, por entender todas as minhas ausências e cansaço, por muitas vezes comer lanches pois não deu tempo de fazer o almoço, pelas aulas que vocês faltaram na escola, pelos finais de semana em casa pois a mamãe tinha que estudar. É por vocês e para vocês tudo que eu faço em minha vida. Amo vocês!

Ao melhor companheiro que eu poderia ter, Paulo. Por abdicar da sua vida profissional para que eu pudesse concluir este Mestrado, por me acompanhar nas madrugadas de estudo, por me alimentar, me incentivar, me ajudar, transcrever dados, me aturar e me amar, muito obrigada!

Aos meus pais, pela dedicação, investimento e incentivo constantes. E aos meus irmãos, pelo carinho e torcida.

À Marcos e Roberta, que me incentivaram a participar da seleção de Mestrado, pela ajuda com o projeto, pelos momentos de conversa e desabafo.

Aos amigos do GC2gether, por estarem sempre orando por mim e pelos momentos de descontração. Willany por ter sempre uma palavra de motivação e direcionamento ao Senhor. E à Adriana e Glênio, por entender todas as vezes que furamos os programas e não desistirem da nossa amizade.

Aos colegas de trabalho, que se disponibilizaram muitas vezes trocar de horário para que eu me fizesse presente na universidade, por sempre perguntarem se estou bem e por vibrarem com minhas conquistas. E aos que ultrapassaram a amizade do trabalho e tornaram-se companheiros da vida.

À Turma 38 do mestrado em Administração do PPGA/UFRN, pelos bons momentos e angústias compartilhadas. Particularmente à Suzana que foi além de uma amiga, foi um anjo!

Um farol nos momentos de escuridão. Faltam palavras e restam gratidão. E compondo o nosso time, agradeço à Jvliia, nossa hipster, musa do abstract e diva mossoroense. Obrigada pelas risadas e incentivos. Sem vocês, não teria dado certo.

Aos colegas da OASIS/UFRN por se disponibilizarem a participar desta pesquisa e aos que sempre ofereceram boas conversas e dicas.

Ao meu orientador, professor Washington, por ir além de sua postura acadêmica e compreender que somos humanos antes de sermos mestrands e doutorands. Por todo refinamento dado ao meu texto, por todo conhecimento compartilhado, por permitir acesso das minhas filhas à sala de aula quando não tive com quem deixá-las. Minha gratidão e admiração eterna.

Ao corpo docente e aos funcionários do PPGA por todo apoio recebido.

Às professoras da banca pela disponibilidade, meus sinceros votos de sucesso. À professora Elisabete, por se deslocar de Mossoró para cá com o intuito de agregar conhecimento e estreitar laços de cooperação. E, igualmente à professora Gerda, que além disto, foi a primeira professora que me mostrou sobre o mundo da Administração, ainda no curso técnico de nível médio, semeando em mim o amor por esta ciência.

A minha psiquiatra Natália, pelo remédio abençoado que ajudou a reequilibrar minha química cerebral e suportar a ansiedade e depressão. E à psicóloga Verônica, por me ajudar com o emocional.

A todos aqueles que participaram direta ou indiretamente na execução deste trabalho os meus mais profundos e sinceros agradecimentos.

Talvez não tenha conseguido fazer o melhor, mas lutei para que o melhor fosse feito. Não sou o que deveria ser, mas Graças a Deus, não sou o que era antes.

Marthin Luther King

RESUMO

O objetivo da pesquisa consiste em analisar, à luz de preceitos de autogestão, processo de incubação em economia solidária tomando como base empírica vivências de estudantes do grupo Organização de Aprendizagem e Saberes em Iniciativas Solidárias e Estudos no Terceiros Setor (OASIS/UFRN). O grupo OASIS desenvolve atividades integradas de ensino, pesquisa e extensão voltadas ao fortalecimento de iniciativas coletivas junto a jovens e adultos, fundamentada em princípios da economia solidária, tanto por meio de projetos sociais de ação voluntária quanto pelo propósito de geração de trabalho e renda. O percurso metodológico da pesquisa contemplou, preliminarmente, revisão sistemática, no Portal de Periódicos Capes e no Repositório Institucional da UFRN de teses e dissertações, com o propósito de qualificar o estado da arte em incubação em economia solidária. Em seguida ocorreu procedimento similar para qualificar a produção em autogestão, o que propiciou a seleção das categorias de análise. Trata-se de pesquisa de abordagem qualitativa mediante estratégia de estudo de caso. Os dados foram coletados por meio de documentos e de entrevista semiestruturada e observação junto a alunos de graduação do grupo OASIS. Posteriormente, as informações coletadas foram transcritas e processadas por meio de análise lexicográfica básica, apoiada no software IRAMUTEQ, resultando seis classes do corpus textual: a) contribuições; b) experiência; c) autogestão; d) incubadora; e) atividade e f) empreendimento. Tais classes foram então alinhadas às categorias de análise da organização autogestionária de Carvalho (1983) e Oliveira (1996), organizadas por Toledo (2008), quais sejam: tomada de decisões, divisão e participação no trabalho, relação com parceiros, conhecimento em autogestão e economia solidária, divisão do trabalho entre planejamento e execução, relações pessoais, hierarquização e educação. Os resultados apontam para a relevância social e pedagógica do tipo de trabalho realizado pelos estudantes de graduação tanto como contribuição para os empreendimentos por eles assessorados quanto em termos pedagógicos, de formação profissional e pessoal. Estudos futuros, sugere-se, podem progredir para sistematizar experiências de egressos, tanto do grupo acadêmico estudado quanto de congêneres, com o propósito de segmentar e aprofundar a natureza das competências formadas a partir de convivências em incubação em economia solidária e do acesso a leituras teóricas específicas no tema e, de modo ampliado, no domínio da gestão social.

Palavras-chave: Incubadora Social. Metodologia de Incubação. Autogestão. Iramuteq.

ABSTRACT

The objective of the research is to analyze, in the light of precepts of self - management, incubation process in solidarity economy based on the experiences of students from the group Organization of Learning and Knowledge in Solidarity Initiatives and Studies in the Third Sector (OASIS/UFRN). The OASIS group develops integrated teaching, research and extension activities aimed at strengthening collective initiatives among young people and adults, based on principles of solidarity economy, both through voluntary social projects and the purpose of generating work and income. The methodological course of the research contemplated, preliminarily, a systematic review, in the Capes Periodical Portal and the UFRN Institutional Repository of theses and dissertations, with the purpose of qualifying the state of the art in incubation in solidarity economy. A similar procedure followed to qualify the production in self-management, which allowed the selection of the categories of analysis. This is a qualitative research using a case study strategy. Data were collected through documents and semi-structured interviews and observation with undergraduate students of the OASIS group. Subsequently, the information collected was transcribed and processed by basic lexicographic analysis, supported by IRAMUTEQ software, resulting in six classes of the textual corpus: a) contributions; b) experience; c) self-management; d) incubator; e) activity and f) enterprise. These classes were then aligned to the categories of analysis of the self-management organization of Carvalho (1983) and Oliveira (1996), organized by Toledo (2008), namely: decision making, division and participation in work, relationship with partners, knowledge in self-management and solidarity economy, division of labor between planning and execution, personal relations, hierarchy and education. The results point to the social and pedagogical relevance of the type of work carried out by undergraduate students as a contribution to the projects they provide, as well as pedagogical, professional and personal training. Future studies, it is suggested, can progress to systematize the experiences of graduates from both the studied academic group and their counterparts, with the purpose of segmenting and deepening the nature of the competences formed from cohabitation in solidarity economy and access to readings theories and, in an extended way, in the field of social management.

Keywords : Social Incubator. Incubation Methodology. Self management. Iramuteq

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AFC – Análise Fatorial de Correspondência

ANTEAG – Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão e Participação Acionária

CADSOL – Cadastro de Empreendimentos Solidários

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CCSA – Centro de Ciências Sociais e Aplicadas

CF-88 - Constituição Federal de 1988

CHD – Classificação Hierárquica Descendente

CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

CNES – Conselho Nacional de Economia Solidária

CNPQ – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

DRT – Delegacia Regional do Trabalho

EES – Empreendimentos Econômicos Solidários

FBES – Fórum Brasileiro de Economia Solidária

FSM – Fórum Social Mundial

IES – Instituição de Ensino Superior

IFRN - Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

IRAMUTEQ - Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires

ITCP – Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares

MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário

OASIS - Organização de Aprendizagem e Saberes em Iniciativas Solidárias e Estudos no Terceiro Setor

OCB – Organização das Cooperativas Brasileiras

ONGs - Organizações Não Governamentais

PAC – Projetos Alternativos Comunitários

PPGA – Programa de Pós-Graduação em Administração

PROEX - Pró-Reitoria de Extensão

PROGRAD - Pró-Reitoria de Graduação

PRONERA – Programa Nacional de educação na Reforma Agrária

SCIELO – Scientific Eletronic Library Online

SDT – Secretaria de Desenvolvimento Territorial

SEMTAS - Secretaria Municipal de Trabalho e Assistência Social

SENAES – Secretaria Nacional de economia Solidária

SIES – Sistema Nacional de Informações de Economia Solidária

SPELL – Scientific Periodicals Eletronic Library

ST – Segmento de Texto

TED – Termo de Execução Descentralizada

TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

UCE – Unidades de Contexto Elementares

UCI – Unidades de Contexto Iniciais

UFRN – Universidade Federal do Rio Grande do Norte

UNASUL – União das Nações Sul-Americanas

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 -	Variáveis das respostas dos entrevistados.....	p. 27
Quadro 2 -	Linguagens da autogestão.....	p. 32
Quadro 3 -	Categorias de análise.....	p. 34
Quadro 4 -	Dados dos Entrevistados.....	p. 39
Quadro 5 -	Categorias analíticas empregadas na definição das classes.....	p. 43
Quadro 6 -	Exemplos de Articulação de Saberes.....	p. 58

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Fases da análise de conteúdo.....	p. 26
Figura 2 - Percurso Metodológico da Dissertação	p. 28
Figura 3 - Motivos para auto-organização no capitalismo.....	p. 30
Figura 4 - Dendograma de Classificação Hierárquica Descendente.....	p. 40
Figura 5 - Organograma das classes por vocábulos associados.....	p. 41
Figura 6 - Análise Fatorial por Correspondência.....	p. 42
Figura 7 - Árvore de similitude da classe Empreendimento.....	p. 46
Figura 8 - Árvore de similitude da classe Autogestão.....	p. 49
Figura 9 - Nuvem de palavras da classe Experiência.....	p. 55

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	16
2	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	22
3	AUTOGESTÃO.....	29
4	A INCUBAÇÃO EM ECONOMIA SOLIDÁRIA À LUZ DE PRINCÍPIOS DE AUTOGESTÃO.....	35
4.1	EMPREENHIMENTO.....	43
4.2	DOMÍNIO EM AUTOGESTÃO.....	46
4.3	INCUBADORA.....	50
4.4	EXPERIÊNCIA E CONTRIBUIÇÕES.....	53
4.5	ATIVIDADE.....	56
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	60
	REFERÊNCIAS	63
	APÊNDICES	69

1 INTRODUÇÃO

Esta dissertação tem como objetivo *analisar*, à luz de preceitos de autogestão, processo de *incubação* em economia solidária tomando como base empírica vivências de estudantes do grupo *Organização de Aprendizagem e Saberes em Iniciativas Solidárias e Estudos no Terceiros Setor (OASIS/UFRN)*. Três pressupostos dão suporte à opção por tal objetivo: 1) os estudantes do grupo OASIS/UFRN apropriam-se de habilidades específicas uma vez comprometidos com finalidades de promoção de sistemas autogestionários; 2) a experiência acadêmica em ambiente de incubação de empreendimentos econômicos solidários constitui diferencial na formação profissional e, assim, é pelos estudantes valorizadas; 3) as experiências de incubação de empreendimentos econômicos solidários assumem relevância na formação acadêmica e profissional e justificam o exercício de sistematização de habilidades adquiridas pelos estudantes como estratégia de retroalimentação pedagógica. Assim, com base em tais pressupostos e no intuito de atingir o objetivo geral, esta dissertação seguiu os seguintes objetivos específicos: a) verificar quais habilidades estudantes de graduação apreendem no contexto do trabalho que executam no âmbito da economia solidária, incluindo aquelas relativas à formação profissional; b) sintetizar o modo como estudantes de graduação, em atividades de incubação de empreendimentos econômicos solidários, entendem o conceito de autogestão; e, c) destacar a relevância social e pedagógica do tipo de trabalho realizado pelos estudantes de graduação tanto como contribuição para os empreendimentos quanto em termos de processo de retroalimentação pedagógica.

O capitalismo, como modo de produção hegemônico, tem sua história marcada por fases e períodos cujas características exercem forte influência em tendências e momentos subsequentes. O *capitalismo industrial*, originalmente incrementado no Reino Unido nos séculos XVIII e XIX, tornou-se uma fase de avanços tecnológicos e de mudanças socioeconômicas profundas. Para além dos efeitos econômicos, o capitalismo industrial exerceu influências importantes no modo de viver e produzir, gerando, por um lado, riquezas, e, por outro, empobrecimento e exclusão. No início, trabalhadores abandonaram o meio rural ou o ateliê, em que antes trabalhavam, para se tornarem operários nas cidades (ORNELLAS et al, 2006).

Não por acaso, foi durante a Revolução Industrial que surgiram os primeiros levantes de resistência da classe trabalhadora ao avanço do capital industrial, a exemplo do *luddismo*, conhecido como movimento de destruição das máquinas, tidas como responsáveis pela miséria e exploração dos trabalhadores. A insatisfação envolveu outros segmentos de trabalho e

produção, como pequenos comerciantes, pequenas unidades de fabricação e fazendeiros, que “se viam como vítimas da minoria diabólica de inovadores egoístas” (HOBSBAWM, 2015, p. 28). Na sequência, igualmente como movimento de resistência, surgiu, em 1844, a primeira cooperativa, constituída por vinte e oito tecelões e conhecida como os “Pioneiros de Rochdale”, responsáveis por constituírem uma mercearia com o propósito de acessar produtos de melhor qualidade a preço justo e com dividendos repartidos proporcionalmente. A ideia espalhou-se pela Europa continental e cooperativas formadas por trabalhadores fizeram contraponto ao monopólio capitalista. “Os Pioneiros fizeram progressos constantes, seus métodos suscitaram grande interesse e foram amplamente adotados, ou seja, uma parte das energias da classe operária saiu da luta de classes para dirigir-se a um terreno mais limitado”. (COGGIOLA, 2014, p.12).

No Brasil, o movimento de trabalhadores em cooperativa, conforme registra a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), começou em 1889, em Minas Gerais, com a fundação da Cooperativa Econômica dos Funcionários Públicos de Ouro Preto focada em consumo de produtos agrícolas. Diversas cooperativas surgiram no País motivadas por práticas europeias, apesar de em poucos momentos estarem relacionadas a um projeto socialista que utilizasse o cooperativismo de modo contestatório. O surgimento das sociedades cooperativas ganhou relevância no Brasil ao agregar pessoas para promover desenvolvimento econômico e social do país (SILVA, 2009), originalmente, com foco na produção e comercialização de produtos do campo. Constituiu-se, todavia, uma negação ao capitalismo insuficientemente forte para proporcionar uma superação positiva, uma vez ocorrida no interior do regime capitalista (HADDAD, 2006, p.212). Além disso, por quase “todo um século, o cooperativismo ficou nas mãos de projetos políticos burgueses, ou melhor, o cooperativismo foi um dos principais pilares do crescimento da burguesia agrária no Brasil” (SILVA, 2009, p.69)

Em contraposição à apropriação conservadora do cooperativismo pela burguesia agrária, fato reconhecido até os dias atuais, a configuração da economia solidária no Brasil assumiu posição de movimento de base, popular, e de resistência. Apropriada, portanto, como alternativa à forma e ao conteúdo do sistema cooperativismo conservador, controlado pela elite agrária, a economia solidária vem se consolidando no País por meio de lutas de movimentos sociais, com ampla participação de segmentos populares e de acadêmicos e intelectuais comprometidos com princípios de justiça social. A história da economia solidária, na perspectiva que hoje se configura no Brasil, vincula-se à atuação de diferentes entidades com papéis institucionais distintos, a exemplo de instituições religiosas, sindicatos e universidades (SINGER, 2002). No País, teve como elemento precursor Projetos Alternativos Comunitários

(PACs) ocorridos nos anos 1980 sob a responsabilidade da Cáritas, entidade vinculada à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) que assumiu, naquele momento, propósitos de gerar trabalho e renda, de forma associada, para moradores pobres de zonas urbanas e rurais (TEIXEIRA, 2007).

Outro marco na configuração da economia solidária no Brasil ocorreu no início da década seguinte, em 1991, com a constituição da Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão e Participação Acionária (ANTEAG) que passou a reunir trabalhadores de indústrias em regime falimentar nas chamadas *empresas recuperadas*. Na sequência, em 1995, foi instalada a primeira Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares – ITCP em instituição de ensino superior, com a missão de organizar trabalhadores de forma coletiva e autogestionária para, por meio da geração de trabalho e renda, tornar possível o alcance de direitos e a plena cidadania (SOLTEC/UFRJ, 2017)

A economia solidária tem se tornado, desde aqueles momentos iniciais da década de 1990, objeto de extensão, formação, produção intelectual e debates em ambientes acadêmicos e, por outro lado, espaço de mobilização de segmentos da sociedade civil, articulando diversos atores no campo e na cidade e estruturando gradativamente um movimento social próprio (COSTA, 2015). Em 2003, a economia solidária foi introduzida na agenda do Governo Federal brasileiro e passou a ser inserida nas políticas públicas, tendo como um de seus principais marcos a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), vinculada ao Ministério do Trabalho.

Debates ocorridos no Fórum Social Mundial – FSM, em 2001, em Porto Alegre, conduziu à 1ª Plenária Nacional de Economia Solidária no ano seguinte, em São Paulo, desencadeando um conjunto de experiências governamentais em alguns municípios, com destaque para as prefeituras de Porto Alegre/RS, São Paulo/SP, Recife/PE, Belém/PA e para o governo do Rio Grande do Sul (1998-2002) que constituíram as primeiras unidades de gestão pública governamental para o segmento da economia solidária. As bases foram gradativamente surgindo, nos âmbitos da sociedade civil e governamental, e, em 2003, foi então criada a Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes) o que fez com que as iniciativas de economia solidária pudessem ser versadas como oportunidades de desenvolvimento local (SENAES, 2012).

A Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, e o Decreto nº 4.764, de 24 de junho de 2003, que instituíram a Senaes, criaram o Conselho Nacional de Economia Solidária (CNES) enquanto a 3ª Plenária de Economia Solidária, também em 2003, deu forma ao Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES). Juntos, Senaes e FBES construíram estratégias de

mobilização de diversas entidades federativas com o intuito de garantir uma política de economia solidária por meio de atividades estaduais, das Delegacias Regionais do Trabalho (DRTs) e de organizações governamentais e da sociedade civil (SENAES, 2012). Adveio, daí, a necessidade de se mapear os empreendimentos brasileiros do segmento da economia solidária.

O primeiro levantamento de dados a respeito da economia solidária no Brasil ocorreu em 2005. No ano de 2006, o Sistema Nacional de Informações de Economia Solidária (SIES) foi implantado e, em 2007, foi atualizado e concluído o mapeamento anteriormente iniciado. Em outro momento, o Mapeamento da Economia Solidária no Brasil, concluído em 2013, reuniu dados a respeito de cerca de 20 mil empreendimentos (GAIGER, 2013). Em 2017, os empreendimentos tiveram o cadastro migrado do Sistema de Informações em Economia Solidária (SIES) para o Cadastro de Empreendimentos Solidários (CADSOL), nova ferramenta que busca facilitar o reconhecimento público das organizações coletivas de economia solidária por meio da identificação, análise e cadastro dos empreendimentos (SENAES, 2017).

Entre os empreendimentos de economia solidária estão grupos informais, associações e cooperativas de trabalhadores rurais e urbanos, produtores de bens e serviços, centrais de comercialização, empresas autogestionárias, cooperativas de crédito, clubes de trocas e organizações enquadradas no chamado comércio justo (TEIXEIRA, 2007). Tais empreendimentos são dotados de quatro importantes características: cooperação, autogestão, solidariedade e viabilidade econômica. A *cooperação* pressupõe que existem “objetivos comuns, união dos esforços e capacidades, propriedade coletiva de bens, partilha dos resultados de forma equitativa e responsabilidade solidária diante das dificuldades”. Na *autogestão*, tanto o estabelecimento de estratégias, quanto as definições cotidianas dos empreendimentos são feitas de forma participativa. Já a *solidariedade* envolve a atenção constante com a adequada repartição dos resultados e a melhoria da qualidade de vida dos participantes, preocupação com o meio ambiente e a comunidade, com movimentos emancipatórios e bem-estar de trabalhadores e consumidores. Por sua vez, a *viabilidade econômica* reconhece a união de esforços, recursos e conhecimentos para oportunizar as iniciativas coletivas de produção, comercialização, crédito e consumo. Um empreendimento de economia solidária pressupõe, portanto, o cumprimento desses princípios (CULTI, 2014).

Uma característica marcante dos empreendimentos de economia solidária é a *pluralidade de princípios econômicos*, que pressupõe a articulação de diversas fontes de recursos de setores públicos, mercado e práticas de reciprocidade e *autonomia institucional*. Devem preservar a liberdade no controle e a *democratização nos processos decisórios*, com práticas e mecanismos de decisão coletiva que evidenciam autogestão. É nítida a *sociabilidade*

comunitário-pública, manifesta pela capacidade de associar organização comunitária e relações sociais com práticas de trabalho. Está presente, ainda, *finalidade multidimensional* e, assim, o empreendimento não é só econômico, mas, também, político, cultural, social e ambientalmente responsável (FRANÇA FILHO; LAVILLE, 2004).

Seja qual for a denominação e características atribuídas aos empreendimentos, a forma como são geridos é considerada a principal diferença entre práticas de economia capitalista e de economia solidária. A organização de economia solidária pratica a autogestão, as decisões são tomadas em assembleias, ou, no caso de grandes empreendimentos, por intermédio de delegados eleitos pelos sócios, que deliberam em nome de todos. Para que ocorra autogestão, os sócios devem saber o que ocorre e que alternativas estão disponíveis para a resolução de cada problema (SINGER, 2002), o que implica “reconhecer o outro como alguém que partilha de um projeto comum, é igual e possuidor das mesmas capacidades, condições e direitos” (MAGRO; COUTINHO, 2006, p.708).

O que se espera da economia solidária é o desenho de uma estratégia de inclusão social que alie medidas de redistribuição de renda à emancipação social, política e econômica (PONCHMANN, 2004). É, pois, orientadas por tal perspectiva socioeconômica de desenvolvimento, que instituições de ensino superior (IES) brasileiras vêm inserindo a temática da economia solidária na agenda de pesquisa, ensino e extensão (COELHO, 2011), envolvendo docentes e discentes que passam a auxiliar na “organização coletiva, no processo de formação e na gestão e desenvolvimento de produtos com base na economia solidária” (PISICCHIO; BONORA, 2017, p.146).

As incubadoras de empreendimentos de economia solidária nas IES se apresentam como espaços em que equipes multidisciplinares, interdisciplinares e transdisciplinares assessoram, por meio de processos de formação sociotécnica e política, empreendimentos, tomando como referência ideais e princípios de autogestão. Ainda que genericamente denominadas de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCPs), o avanço de práticas de incubação no segmento da economia solidária em IES trouxe outras denominações, mas, com o mesmo intuito de capacitar por período determinado grupos sob a ótica da economia solidária (KIRSCH, 2007). Diferindo, assim, das incubadoras de empresas que oferecem apoio para aceleração do processo de ingresso no mercado competitivo (BERMÚDEZ, 2009).

Na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), a Organização de Aprendizagens e Saberes em Iniciativas Solidárias e Estudos no Terceiro Setor (OASIS), com origem em 2006 no Núcleo da Unitrabalho, desenvolve atividades integradas de ensino, pesquisa e extensão voltadas ao fortalecimento de iniciativas coletivas junto a jovens e adultos,

à luz de princípios da economia solidária, tanto por meio de projetos sociais de ação voluntária quanto pelo propósito de geração de trabalho e renda. A OASIS contribui para a qualificação de trabalhadores, jovens e adultos, para a ação social coletiva, o trabalho e a produção na perspectiva do cooperativismo popular e da economia solidária (MATOS, 2015) por meio da atuação de estudantes, professores, técnicos e pesquisadores de diversas áreas do conhecimento.

Pela relevância que ocupa, não apenas no âmbito interno, mas, também, para todo o segmento da economia solidária no Rio Grande do Norte, a OASIS é ambiente empírico útil à investigação de contribuições geradas, por incubadoras e processos de incubação, à formação de pessoal em nível superior pelo viés da economia solidária. No caso da OASIS, tal relevância se acentua pelo fato de se encontrar, não apenas vinculada à extensão, mas, também, à pesquisa em nível de pós-graduação e ao ensino de graduação. No caso da pós-graduação, a OASIS é linha de pesquisa no Programa de Pós-Graduação em Administração (PPGA) ao passo que, no ensino de graduação, é responsável pela concepção, implantação e coordenação do Curso de Graduação Tecnológica em Gestão de Cooperativas que se desenvolve mediante fomento do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera).

Na abordagem de contribuições da incubação em economia solidária à formação em nível superior, esta dissertação estrutura-se em 5 partes. Nesta seção introdutória é contextualizada a Economia Solidária e incubação de seus empreendimentos, apresenta também esta dissertação, seus objetivos, justificativas, entre outros elementos característicos. Na segunda seção é apresentado o percurso metodológico desta pesquisa. A terceira seção apresenta o referencial teórico sobre Autogestão. Na quarta seção segue a análise e discussão dos resultados identificados na pesquisa de campo realizada. Na quinta e última seção são apresentadas as considerações finais do estudo e os principais achados da pesquisa.

2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Com o intento de qualificar tendências do conhecimento relacionado a processos de incubação de empreendimentos econômicos solidários, foi realizada uma busca no indexador Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e, posteriormente, nas bases de dados SciELO e SPELL. A busca contemplou artigos revisados por pares que tratam de incubação de empreendimentos por incubadoras de economia solidária. Foram elencadas como palavras-chave, as seguintes expressões: “incubadora social”; “incubadoras sociais”; “incubadora de cooperativas”; “incubadoras de cooperativas populares”; “incubadoras de empreendimentos econômicos solidários”; “incubadora de economia solidária” e “incubadora tecnológica de cooperativas populares”. As expressões empregadas constituem um conjunto de denominações possíveis e usuais no âmbito da economia solidária e almejou reunir artigos como foco em processos de incubação de empreendimentos de economia solidária. Essa busca foi apreendida, seguindo entendimento de Minayo (2012, p. 16), como “atividade básica da ciência na sua indagação e construção da realidade. É a pesquisa que alimenta a atividade de ensino e a atualiza frente à realidade do mundo”. A indagação feita, nesse momento inicial da dissertação, foi: *o que revela a produção intelectual em incubação de empreendimentos econômicos solidários no Brasil em termos de viés adotado e categorias analíticas consideradas por pesquisadores da área?*

A busca realizada gerou 50 artigos que, após análise do respectivo objetivo, suscitaram três eixos de abordagem. Há artigos que abordam o tema sob a perspectiva do *empreendimento*, sua natureza, atores e sustentabilidade da economia solidária, experiências e resultados alcançados em processos de incubação. Outro conjunto aborda o tema pelo viés da *incubadora*, versando a respeito de processo de incubação, desenvolvimento local e geração de tecnologia. Esse conjunto tende a apresentar a incubação social como proposta para promoção de desenvolvimento local e geração de tecnologias, ora considerando o empenho dos empreendedores associados e ora abordando benefícios trazidos para a localidade contemplada pelas ações. A terceira classe considera a *instituição*, ou seja, funções das incubadoras nas instituições de ensino superior (IES). Nessa classe se encontram contemplados papéis e funções acadêmicas das universidades, relatando como as ações de ensino-pesquisa-extensão se estruturam e se articulam a partir da incubação de empreendimentos econômicos solidários.

A compilação revelou que os focos são diversos e que, entre os 50 artigos, após análise de títulos e palavras-chave, apenas dois contemplaram o conceito de autogestão como tema central. Esse dado é revelador considerando que autogestão é princípio estruturante e causador

de questionamentos na economia solidária conforme aparece em Singer (2002), Verardo (2003), Tauile e Rodrigues (2004), Lisboa (2005), Silva (2015), Faria (2017). Há, assim, um paradoxo a ser considerado: em que pese o fato de autogestão se apresentar como fundamento a práticas de economia solidária, estudos em incubação de empreendimentos econômicos solidários atribuem a tal conceito relevância secundária. Por essa razão, a presente dissertação avançou incorporando o conceito de autogestão a práticas e experiências de incubação.

A opção metodológica, em virtude do propósito assumido e do limitado quantitativo de sujeitos envolvidos (estudantes-bolsistas do grupo OASIS/UFRN), foi por uma abordagem qualitativa, que, de acordo com Godoy (1995, p. 21) “ocupa um reconhecido lugar entre as várias possibilidades de se estudar os fenômenos que envolvem os seres humanos e suas intrincadas relações sociais, estabelecidas em diversos ambientes”. Propõe-se, assim, a obter resultados substantivos, pois, prioriza a qualidade ao invés de quantidade, tornando os resultados da pesquisa mais próximos da verdade dos fenômenos (GODOY, 1995). Seguindo esse direcionamento, Minayo (2012) entende que a pesquisa qualitativa se preocupa com assuntos não quantificáveis, considerando “significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes”.

Partindo da questão de pesquisa – *como se dá a incubação em economia solidária, à luz de preceitos de autogestão, tomando como base empírica vivências de estudantes do grupo Organização de Aprendizagem e Saberes em Iniciativas Solidárias e Estudos no Terceiros Setor (OASIS/UFRN)?* –, a posição ontológica aqui considerada é a da interação sujeito-objeto, assumindo, como linha de pensamento epistemológica, a construtivista, pois, de acordo com Flick (2009), os estudos dessa linha possuem características para indagações, a teoria gera insights e é construída ao longo da pesquisa de modo a se estabelecer correlações com a realidade. Tais perspectivas guardam relação direta com o objeto desta pesquisa e com sua natureza dinâmica e subjetiva, considerando o foco em vivências de estudantes do grupo OASIS/UFRN que atuam em processos de incubação por determinado período de tempo.

Trata-se de *pesquisa de campo*, pois, o estudo foi realizado *in loco*, com o intuito de extrair dados do objeto de estudo (VERGARA, 2013). A população da pesquisa compreendeu participantes do grupo OASIS/UFRN que se encontravam atuando em processos de incubação de empreendimentos econômicos solidários no ano de 2018. Trata-se de grupo composto por técnicos, estudantes, docentes e colaboradores eventuais. Todavia, a seleção de sujeitos recaiu em estudantes de graduação, exclusivamente, com base nos seguintes critérios: diversidade de cursos e tempo de permanência no grupo de no mínimo seis meses (correspondente a 1 semestre letivo).

De um modo geral, pesquisas de cunho qualitativo exigem a realização de entrevistas, quase sempre longas e semiestruturadas. Nesses casos, a definição de critérios segundo os quais serão selecionados os sujeitos que vão compor o universo de investigação é algo primordial, pois interfere diretamente na qualidade das informações a partir das quais será possível construir a análise e chegar à compreensão mais ampla do problema delineado. A descrição e delimitação da população base, ou seja, dos sujeitos a serem entrevistados, assim como o seu grau de Representatividade no grupo social em estudo, constituem um problema a ser imediatamente enfrentado, já que se trata do solo sobre o qual grande parte do trabalho de campo será assentado (DUARTE, 2002, p.141).

Existiam, no primeiro semestre de 2018, 15 alunos de graduação no grupo OASIS/UFRN envolvidos em atividades de incubação. Os alunos então vinculados ao grupo se encontravam cursando Nutrição (um), Design (dois), Administração (três), Arquitetura e Urbanismo (um), Jornalismo (um), Teatro (um), Agronomia (dois), Gestão Ambiental (um), Enfermagem (um), Psicologia (1) e Serviço Social (um) totalizando 15 graduandos. Desse total, sete haviam sido integrados à equipe recentemente, em virtude do limitado conhecimento no momento da coleta de dados, não integraram o processo de coleta dos dados.

A coleta de dados ocorreu no período compreendido entre os meses de abril e maio de 2018, por meio da realização de *entrevista semiestruturada* com os sujeitos intencionalmente definidos, considerando a diversidade da área de formação acadêmica e o tempo de experiência em processo de incubação na OASIS/UFRN. Desse modo, a seleção contemplou os estudantes dos seguintes cursos – Nutrição, Design, Administração, Arquitetura e Urbanismo, Agronomia e Gestão Ambiental com tempos de experiência de no mínimo 7 meses e máximo de 3 anos .

Para a realização da entrevista foi elaborado um roteiro, composto por informações do perfil do informante aliadas a seis perguntas norteadoras, voltadas ao propósito de responder à questão de pesquisa e alcançar os objetivos propostos. Um teste piloto do roteiro de entrevista foi realizado com um discente que atendia aos critérios de inclusão, tendo sido avaliado positivamente. As perguntas referiam-se ao trabalho que realizavam e às percepções a respeito da gestão dos empreendimentos e do grupo OASIS/UFRN.

O roteiro de entrevista foi assim estruturado e aplicado:

1. Dados do perfil do informante (nome, idade, curso e tempo de vínculo na OASIS;
2. Questões relativas à experiência de incubação em economia solidária

Todas as entrevistas foram gravadas para posterior transcrição e ocorreram mediante protocolos observacionais. Creswell (2007) chama de “protocolos” as formas de documentar dados coletados. O protocolo observacional desta pesquisa foi feito em uma folha auxiliar que, ao lado das questões levantadas, permitia que fossem anotadas palavras-chave destacadas pelos estudantes e impressões e sentimentos observados pela pesquisadora durante a coleta. No

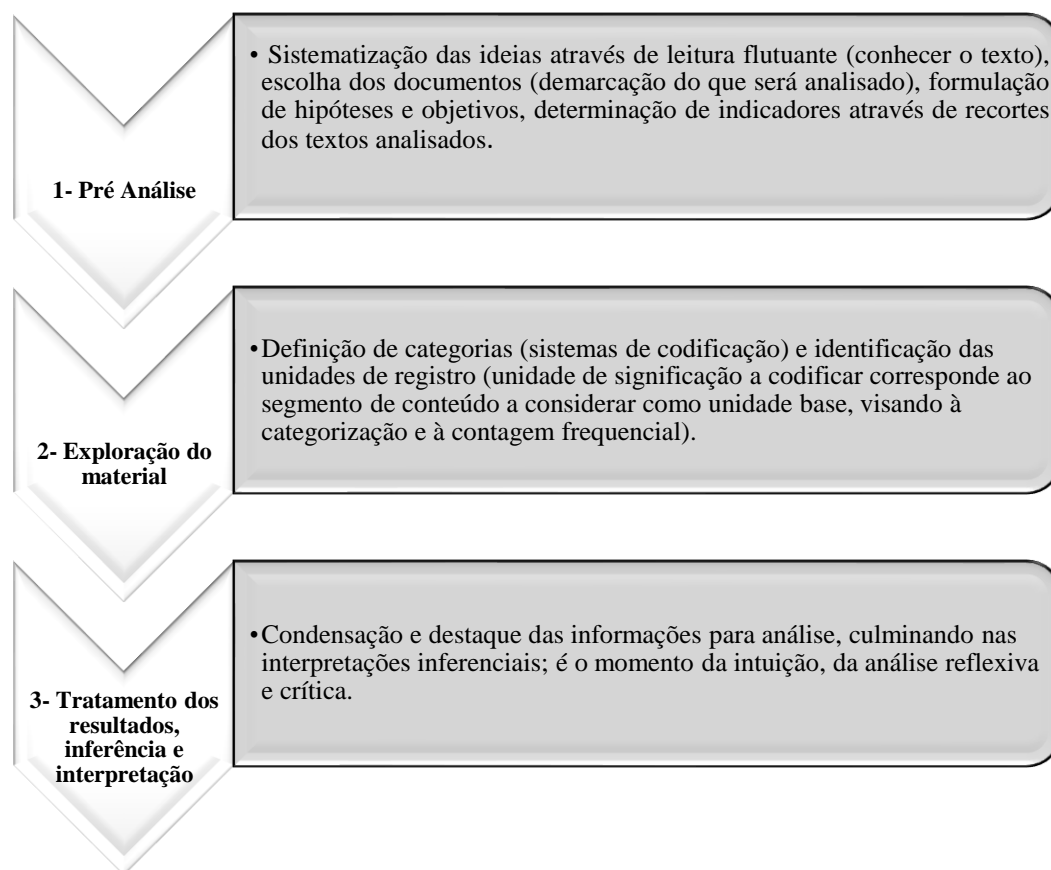
protocolo, foram também anotadas instruções para aprofundar as principais perguntas em caso de objetividade na resposta dos entrevistados. Com o intuito de atender a recomendações éticas propostas por Flick (2009), foi informado o propósito da pesquisa aos entrevistados e utilizados termos de consentimento livre esclarecido (TCLE). Além disso, ficou garantida a preservação da privacidade do respondente.

A coleta de dados foi complementarmente orientada por *observação participante*, caracterizada por promover “interatividade entre o pesquisador, os sujeitos observados e o contexto no qual eles vivem (...) Pressupõe convívio e intercâmbio de experiências primordialmente através dos sentidos humanos: olhar, falar, sentir, vivenciar, experimentar” (FERNANDES, 2013, p. 518). Além desse procedimento complementar, *pesquisa documental* permitiu a compilação de trajetória de projetos executados pela equipe Oasis/UFRN com o propósito de situar o objeto da pesquisa em uma trajetória de institucionalização e consolidação de um grupo de ensino, pesquisa e extensão com forte atuação na economia solidária. De acordo com Silva e Grigolo (2002), a pesquisa documental é uma tipologia de pesquisa que utiliza materiais (documentos) que ainda não foram analisados cientificamente. O pesquisador seleciona, trata e interpreta a informação buscando contribuições para o proposto que pretende alcançar. Neste trabalho, foram utilizados documentos referentes a projetos executados e em execução via editais e chamadas públicas ganhos pela Oasis/UFRN.

A estratégia desta pesquisa é a de *estudo de caso*. Yin (2015) explica que a preferência pela escolha de tal estratégia se dá quando o pesquisador pretende entender um fenômeno social complexo. O autor ressalta que alguns pesquisadores consideram o estudo de caso como sendo de pouca base para generalização, e que, nesse caso, o mais adequado é triangular diferentes fontes de evidências. Por essa razão, optou-se aqui pela triangulação metodológica entre *entrevista semiestruturada* com estudantes de graduação da Oasis/UFRN e com o coordenador das ações extensionistas em economia solidária, aliada à *observação participante* e à *análise documental* dos projetos que o grupo Oasis/UFRN desenvolve no momento em que a presente dissertação se encerra.

A análise dos dados se deu por meio da análise de conteúdo do tipo lexical, que utiliza “cálculos efetuados sobre co-ocorrências de palavras em segmentos de texto” (NASCIMENTO, 2006, p. 73), utiliza-se de categorias obtidas a partir de modelos teóricos, voltada a compreender significados exteriorizados nos dados coletados. Bardin (2006) estabelece três fases para a realização dessa etapa, que podem ser sintetizadas conforme evidencia a figura a seguir (Figura 1).

Figura 1 – Fases da análise de conteúdo



Fonte: Elaborado pela autora (2018), com base em Bardin (2006)

Os dados coletados na entrevista foram analisados com suporte do software IRAMUTEQ (Interface de R pour l'analyse Multidimensionnelle de Textes et de Questionnaires). Trata-se de programa livre que permite processamento e análises estatísticas de textos produzidos por meio dos seguintes procedimentos: análises de estatísticas textuais, especificidades e Análise Fatorial de Correspondência (AFC); Classificação Hierárquica Descendente (CHD); Análise de Similitude; nuvem de palavras. O programa permite análise de dados textuais simples, como a lexicografia básica (cálculo de frequência de palavras), ou, complexos, como análises multivariadas (classificação hierárquica descendente, análises de similitude). Além disso, permite organizar a distribuição do vocabulário de forma compreensível e visualmente clara, como na análise de similitude e nuvem de palavras (CAMARGO; JUSTO, 2013).

Nas *análises lexicais clássicas*, o programa reconhece unidades de texto e as reformata transformando em Unidades de Contexto Iniciais (UCI) e em Unidades de Contexto Elementares (UCE). Faz, assim, identificação de quantidade de palavras, frequência média e número de hapax (palavras com um único registro), pesquisa o vocabulário e reduz as palavras

com base em suas raízes (lematização), cria dicionário de formas reduzidas e identifica formas ativas e suplementares. Já a *análise de especificidades*, associa os textos do banco de dados e variáveis características dos entrevistados. O corpus é dividido com base em determinada variável escolhida pelo pesquisador, a exemplo da comparação de entrevista de homens e mulheres, pessoas com cargos diferentes em uma organização, idade, entre outras possibilidades (CAMARGO; JUSTO, 2013).

No caso em pauta, esses requisitos foram contemplados com a divisão por temas que cada resposta às perguntas do roteiro de entrevista (apêndice C) abordavam, assim divididos:

Quadro 1 – Variáveis das respostas dos entrevistados

Variável	Questão
Experiência	Como você avalia sua experiência na incubadora?
Contribuições à formação	Que contribuições esta experiência traz a sua formação acadêmica e profissional?
Atividade	-Fale a respeito da sua experiência no processo de incubação junto ao empreendimento a qual você trabalha?
Empreendimento	-Que observações você tem em relação à gestão dos empreendimentos?
Incubadora	-Que observações você tem em relação à gestão da incubadora?
Autogestão	-O que você entende por autogestão?

Fonte: Elaborada pela autora (2018)

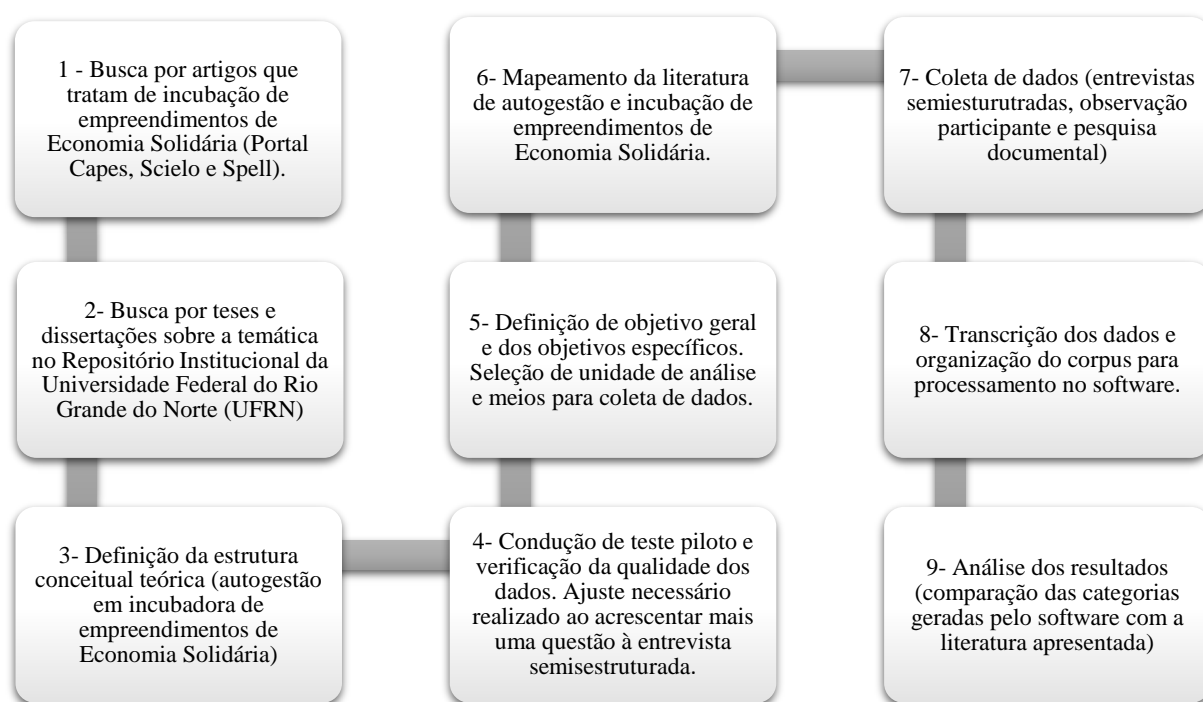
O método da *Classificação Hierárquica Descendente* (CHD) foi aplicado, conforme sugerido por Reinert em 1990, para relacionar os segmentos de texto de acordo com seus vocabulários particulares correspondentes. O agrupamento, por sua vez, foi baseado na frequência das palavras em suas formas reduzidas. Por meio desse procedimento foram definidas classes de UCE com vocabulários semelhantes entre si, e, simultaneamente, vocabulários diferentes das UCE das outras classes. O software IRAMUTEQ propicia, também, uma forma diversa de apresentação dos resultados por meio de análise fatorial de correspondência realizada com base na CHD (Análise Pós-Fatorial) que retrata, num plano cartesiano, as diferentes palavras e variáveis relacionadas a cada uma das classes da CHD.

Apesar da descrição do funcionamento do programa ser baseada em conceitos quantitativos, a análise qualitativa dos dados é possível ao se recuperar, no corpus original, os segmentos de texto associados a cada classe gerada pelo programa. A *análise de similitude* é uma dessas ferramentas e fundamenta-se na teoria dos grafos, buscando uma visualização da conexão entre os elementos do corpus, identificando simultaneidades, possibilitando identificar

a estrutura do corpus textual e diferenciando as partes comuns e as especificidades em função das variáveis descritivas identificadas na análise. Por fim, a *nuvem de palavras*, igualmente utilizada nesta pesquisa, organizou termos mais frequentes de forma gráfica. Essa ferramenta é considerada uma análise lexical mais simples, mas, visualmente interessante, uma vez que oportuniza a identificação imediata das palavras-chave do corpus (CAMARGO; JUSTO, 2013).

Cabe salientar que o Iramuteq é ferramenta para processar dados e não para concluir análises, atribuindo, portanto, à interpretação, primordial relevância sob a responsabilidade do pesquisador (LAHLOU, 2001). Por essa razão, as categorias geradas pelo software foram comparadas às categorias de análise da *organização autogestionária* de Carvalho (1983) e Oliveira (1996), organizadas por Toledo (2008), que são: tomada de decisões, divisão e participação no trabalho, relação com parceiros, conhecimento sobre autogestão e economia solidária, divisão do trabalho entre planejamento e execução, relações pessoais, hierarquização, educação.

Figura 2 – Percurso Metodológico da Dissertação



Fonte: Elaborado pela autora (2018)

3 AUTOGESTÃO

Autogestão, etimologicamente, significa “gerir a si mesmo”, com origem nos vocábulos grego *autos* (si mesmo) e latim *gest* (gerir). Presume que os homens são capazes de se organizarem sem dirigentes (LECHAT, BARCELOS, 2008), participando de definições estratégicas e operacionais de uma organização. Guillerm e Bourdet (1976) explicam que o termo surgiu por volta dos anos 1960, na França, traduzido de *samoupravlje* para abordar a experiência político-econômico-social da Iugoslávia de Tito, que refutava o centralismo-burocrático-soviético (ALMEIDA, 1983; KOBQUIM, QUINTAES, 1972). Motta (1981), todavia, atribui a origem da autogestão a Proudhon, quando abordou as associações mútuas, ainda que, sem ter utilizado o termo, para expor fundamentos de uma sociedade autogestionária (FERRAZ, DIAS, 2008).

Proudhon acreditava ser a sociedade capaz de se governar e de se organizar como “um conjunto social de grupos autônomos associados tanto nas suas funções econômicas de produção quanto nas suas funções políticas” (MOTTA, 1981, p. 133). Contudo, conforme Mandel (1977), Robert Owen e seus seguidores já haviam antecipado essa ideologia previamente (CANÇADO, 2008). A análise cronológica da autogestão indica, assim, registros ao longo dos séculos XIX e XX, que se constituíram “em contextos revolucionários ou de crise em que os trabalhadores tomaram os meios de produção, auto organizaram o trabalho e a vida em sociedade” (WIRTH, FRAGA, NOVAES, 2011, p.8). Faria (2005) explica que

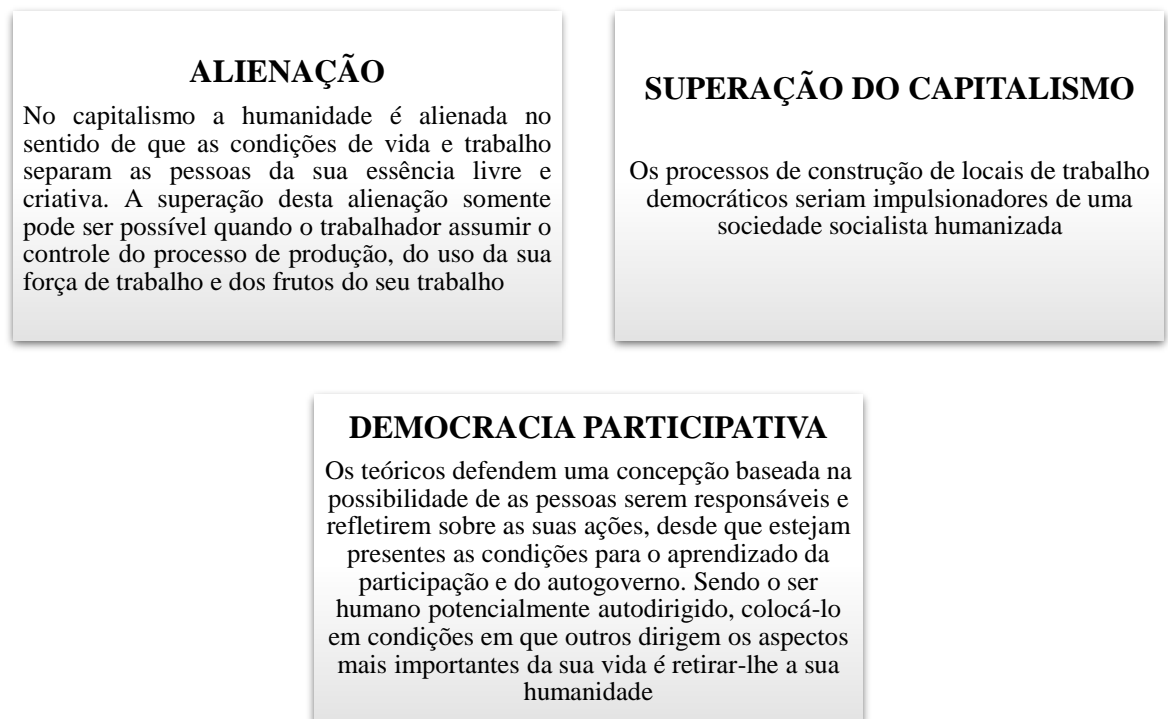
as associações operárias eram, portanto, consideradas os organismos de coalizão e luta criados pelos trabalhadores para levar adiante a sua própria emancipação social, e forneciam ao mesmo tempo as bases sobre as quais o processo de produção seria reorganizado. A eliminação da divisão tradicional do trabalho e das estruturas hierárquicas, a partir da criação e desenvolvimento das práticas associativas, informa o sentido das relações sociais novas, coletivas e igualitárias, que se tornam efetivas no interior das unidades produtivas (FARIA, 2005, p. 191).

Com o passar dos anos, autogestão tornou-se expressão de disputa entre discursos e correntes diversos. Os significados a ela outorgados são definidos com base na posição social, político, ideológico, daqueles que defendem uma ou outra posição (GÓMEZ, 2013, p.4). Inserida no modo de produção capitalista, a autogestão estabeleceu-se como resultado direto da relação capital-trabalho, que fez com que surgisse a classe proletariada (FARIA et al, 2008). Nessa perspectiva, a autogestão faz com que trabalhadores acreditem que existem modelos alternativos e que organizações coletivas têm a possibilidade de se consumir e avançar, “abrindo novos espaços de trabalho, obtenção de renda e convívio em comunidade” (BEHR, DE PAULA, DE OLIVEIRA BARRETO, 2016, p.7).

Quando a questão da ruptura com a ordem instituída aparece na ordem do dia, a separação entre dirigentes e dirigidos é eliminada, suprimindo-se ao mesmo tempo os intermediários políticos. O fortalecimento da identidade coletiva faz com que seus membros, reunidos nos organismos coletivos, identifiquem-se pelos interesses comuns e pela solidariedade recíproca, rompendo com o individualismo e a hierarquia. A criação espontânea substitui a subordinação passiva (FARIA, 2005, p. 192).

Além desses aspectos de interesse comum e solidariedade, Greenberg (1986) registra que os motivos para a auto-organização dos trabalhadores, dentro do capitalismo, possuem intuito de desvendar três elementos: a alienação, a superação do capitalismo e a democracia participativa, conforme se apresenta na Figura 3.

Figura 3 – Motivos para auto-organização no capitalismo



Fonte: Elaborado pela autora (2008) com base em Faria (2008).

Ferraz e Dias (2008) discutem como a Administração se apropriou do conceito de autogestão “construído em sua vertente sociológica”, partindo do pressuposto da possibilidade “da autogestão ser uma forma alternativa de gestão organizacional que está sendo efetivada pelos praticantes da Economia Popular Solidária” (FERRAZ, DIAS, 2008, p. 100). As autoras explicam que o campo administrativo colocou em evidência o aspecto econômico da autogestão, fazendo com o que o conceito se tornasse limitado, “mais como uma forma de gestão reformista do que como uma via revolucionária”, a exemplo do que ocorre na economia

solidária. Trata-se autogestão como princípio da economia solidária, entende as autoras, separado de “um processo democrático, participativo, igualitário, de cooperação, autossustentável e que proporcionasse o desenvolvimento humano e o da sociedade” (FERRAZ, DIAS, 2008, p. 112). Faria (2017) argumenta, ainda, que,

sob o modo de produção capitalista, os empreendimentos chamados autogestionários não constituem uma autogestão, mas OCPA (organização coletivista de produção associada), as quais têm características autogestionárias e apresentam-se enquanto formas de resistência ou modelos alternativos de organização do trabalho *vis-à-vis* ao do sistema de capital, no plano de unidades produtivas isoladas. O conceito de autogestão é uma abstração necessária que se constitui a partir de sua condição de negação ao conceito de heterogestão (FARIA, 2017, p. 631).

É possível, pois, pelo viés da abstração, em contraposição à heterogestão, abordar a autogestão como ideal ou possibilidade, ou, ainda, por meio de *linguagens* e horizontes distintos de aplicação, conforme propõe Rosanvallon (1979), citado por Faria (2017). As linguagens se mesclam em diversas combinações e não se manifestam de forma pura. São, portanto, apenas novos nomes para teorias sociais já existentes (socialismo, democracia direta, tecnocracia, anarquismo, comunismo, etc.).

A despeito de todas as linguagens e de todas as restrições provocadas por Rosanvallon (1979), é necessário destacar que a autogestão deve ser um projeto concreto que não se constitui de forma paralela ou subsidiária em uma sociedade na qual predomina o sistema de capital. Nesse sentido, nem a linguagem tecnocrática nem a humanista a ela se aplicam. A linguagem científica proposta por Rosanvallon (1979) parece derivar de uma proposição funcional da autogestão, retirando-lhe o caráter de transformação para impregnar-lhe um formato. A linguagem conselhistas trata mais de uma república dos conselhos, de cada unidade, do que propriamente uma autogestão social. Sobram, como já se podia deduzir desde o princípio, duas concepções: um anarquista e outra marxista (FARIA, 2017, p.632).

Ficam postos, assim, um entendimento clássico, de que “a autogestão deve ser um projeto concreto que não se constitui de forma paralela ou subsidiária em uma sociedade na qual predomina o sistema de capital”, em contraposição a um sentido funcional, que tende a aplicar o conceito de autogestão para diferenciá-lo de processos administrativos de heterogestão. No debate entre esses dois vieses, Rosanvallon, defende que o sistema capitalista pode se apropriar da autogestão, alterando o seu sentido formal e histórico. Por essa razão, o autor fala em linguagens da autogestão (Quadro 1).

Quadro 2 – Linguagens da autogestão

Linguagem tecnocrática	Autogestão é um modelo de gestão descentralizada de empresas que quebra os esquemas de organização centralizada e hierárquica. É a democratização da gestão, a “versão socialista da gestão participativa por objetivos”.
Linguagem Libertária	A autogestão representa recusa do Estado e de toda autoridade. Cultiva a democracia direta contra as formas de representação e delegação.
Linguagem Comunista	Autogestão designa uma finalidade. É a forma acabada do socialismo, o ponto mais alto da história.
Linguagem Conselhistas	Autogestão é uma sociedade definida pelo poder exercido pelos conselhos operários, é a sociedade dos conselhos que expressam o poder dos produtores, é o poder social dos produtores associados.
Linguagem Humanista	A autogestão é, sobretudo, uma forma de ser, referindo-se mais à mentalidade e ao comportamento do que a uma forma de poder. É a valorização do altruísmo e da entrega ao grupo social, é a insistência da transformação da vida cotidiana.
Linguagem Científica	Autogestão é a projeção sobre a sociedade das leis de funcionamento do organismo social vivo. A aspiração de uma sociedade em que a funcionalidade das relações sociais se sobrepõe a todas as formas de dominação e hierarquia.

Fonte: Rosanvallon (1979) apud Faria (2017)

O ponto de vista de autogestão em Rosanvallon é nitidamente reformista, uma espécie de gestão de fábricas e empresas, que, gradativamente se transformaria em um “dos pilares da sociedade futura” (VIANA, 2014, p.195). Por essa razão, Faria (1997) assinala que Rosanvallon contribui para a imprecisão do conceito quando estabelece um novo vocabulário como, por exemplo, "sociedade experimental", "movimento", "processo de experiências, de triunfos e fracassos", ou, uma sociedade que, contraditoriamente, o Estado teria como função principal "a garantia e organização do direito à experimentação social". “Deve ficar claro que essa visão paradoxal, na qual o desenvolvimento da prática autogestionária se daria sob a ‘garantia do Estado’, é apenas uma das várias que poderíamos arrolar aqui” (FARIA, 1997, p. 212).

Lisboa (2005, p. 112) segue a tendência funcional, como Rosanvallon, e trata de limites da autogestão, afirmando que, mesmo em atividade autônoma, ocorrerá heteronomia, uma vez que estarão predeterminadas por um sistema, não podendo ser livremente estabelecidas e não havendo possibilidade de rechaçar sua função produtiva e optar por se libertar do trabalho:

André Gorz caracteriza isso como autonomia na heteronomia. O trabalho em grupos autônomos não suprime a heteronomia, apenas a desloca. Em outras palavras, no contexto da megamáquina da vida moderna, não há possibilidade de autogestão do processo social de produção em seu conjunto e nem mesmo nas grandes unidades

técnicas que o compõem. Como não existimos independente do nosso entorno, a autonomia sempre é relativa, é autonomia na heteronomia, é autonomia dependente, como afirma Edgar Morin. Autonomia e heteronomia coexistem. A autonomia absoluta é autismo, anomia, e a heteronomia plena é alienação, impotência, servidão. É o paradoxo da auto-organização com auto-limitação: para ser autônomo é necessário depender do mundo externo. Claude Lefort esclarece que uma sociedade inteiramente regida pelo princípio da autogestão é inconsistente e despótica, pois nela o poder coincidiria totalmente com a sociedade, formando uma unidade que dissolveria todas as diferenças, ocultando e negando a pluralidade, a fragmentação e a heterogeneidade dos processos de socialização (LISBOA, 2005, p.112).

A partir das duas perspectivas até aqui sumariadas, assume-se, no presente exercício acadêmico, a segunda perspectiva, que visualiza a autogestão como experiência de gestão que, apesar de coexistir em contexto predominantemente capitalista, é pautada por componentes de resistência e de negação ao conceito de heterogestão. Significa, assim, a aplicação de princípios de *participação* das pessoas em processos de gestão que representam uma *responsabilidade pelo bem comum*:

Ao contrário da heterogestão, a autogestão nas cooperativas é marcada pela existência de uma estrutura decisória mínima, constituída de assembleia geral, conselho administrativo, conselho fiscal, coordenações e coordenadores, tendo como prevalência a lógica comunitária, diferente da lógica mercantil, uma vez que os membros da cooperativa são solidários e não competitivos e pela necessidade de que tenham conhecimento sobre o processo produtivo e administrativo da organização (BEHR, DE PAULA, DE OLIVEIRA BARRETO, 2016, p.8).

Autogestão é, desse modo, conceito aplicado à gestão de cooperativas, para caracterizar experiências solidárias, coletivas, de organização econômica. Considerando, pois, tal perspectiva e suas características predominantes, adota-se, aqui, como referência teórica, uma adaptação das categorias propostas por Carvalho (1983) e Oliveira (1996). Trata-se de exercício semelhante ao realizado por Toledo (2008), quando da análise da gestão na Associação Comunitária de Pequenos Produtores Rurais de Minduri (MANDURI). Desse modo, as categorias selecionadas para sistematizar elementos de autogestão, no capítulo seguinte desta dissertação, na perspectiva de processos administrativos aplicados em incubação de organizações associativas, são: tomada de decisões, divisão e participação no trabalho, relação com parceiros, conhecimento sobre autogestão e economia solidária, divisão do trabalho entre planejamento e execução, relações pessoais, hierarquização e educação (Quadro 2).

Quadro 3 – Categorias de análise

Categorias	Características de Organização autogestionária Carvalho (1983) Oliveira (1996)
Tomada de decisões	A tomada de decisões reside na coletividade como um todo, sendo sempre coletiva e descentralizada, ocorrendo a participação direta dos cooperados nas decisões. Presta-se obediência ao consenso da coletividade, que é sempre fluido e aberto às negociações.
Divisão e participação no trabalho	Tradicionalmente, os trabalhadores, embora reconhecendo e valorizando o comportamento cooperativo, trazem referências da divisão do trabalho anterior, quando eram empregados e encontravam-se excluídos do processo de gestão. Entretanto, os meios/canais de participação e informação tendem, por sua vez, a afrouxar a divisão do trabalho tradicional, ao permitir a circulação da informação e, desse modo, a apropriação do processo produtivo pelo conjunto dos trabalhadores. Nesse sentido, é a existência desses canais que atua na disposição dos trabalhadores para a cooperação e participação. Além da participação dos associados no processo produtivo, é importante que também participem dos espaços de negociação, tanto com fornecedores, clientes e entidades públicas.
Relação com parceiros	As parcerias externas significam auxílio, dependência ou subordinação. O conhecimento de quem são os parceiros da associação e de como é a atuação desses parceiros é fundamental.
Conhecimento sobre autogestão e economia solidária	O conhecimento de termos "academicistas", como autogestão e economia solidária, muitas vezes se traduz na participação em movimentos que são reconhecidos como práticas autogestionárias ou de economia solidária.
Divisão do trabalho entre planejamento e execução	Divisão mínima do trabalho; a administração se combina com as tarefas de execução; divisão entre trabalho intelectual e trabalho manual não deve existir (no mínimo deve ser reduzida).
Relações pessoais	O associado passa a tratar, de forma compartilhada e interativa, seus interesses e suas identidades pessoais, renovando-os ou confirmando-os. Esse descentramento gera autonomia, já que o indivíduo deixa de ser refém de papéis sociais rígidos, guiando-se então por objetivos e regimentos por ele mesmo constituídos na interação com o "outro". A obtenção da propriedade de direito ("propriedade coletiva").
Hierarquização	A questão de hierarquização depende do quanto os cooperados "sentem-se igualmente donos", isso se traduz em um compartilhamento efetivo do poder decisório e de seus frutos. Isso depende, do ponto de vista institucional, do quanto as relações de hierarquia assumem um caráter mais horizontal, como relações de igualdade.
Educação	Preocupa-se com o desenvolvimento intelectual e o conhecimento dos princípios cooperativos. A educação necessita ser realizada de forma constante, incentivando a evolução do indivíduo e do empreendimento, com o desenvolvimento de novos talentos.

Fonte: Adaptado de Toledo (2008).

4 A INCUBAÇÃO EM ECONOMIA SOLIDÁRIA À LUZ DE PRINCÍPIOS DE AUTOGESTÃO

Numa perspectiva local, e voltada para a produção acadêmica de teses e dissertações sobre a temática *incubadora social* no Repositório Institucional da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), especificamente, há 5 registros abordando, como elemento central, incubadoras de economia solidária. Desses estudos, após analisar títulos e palavras-chave, apenas o trabalho de Silva (2015) aborda autogestão como elemento central. Intitulado *Um olhar sobre a autogestão: metodologias e práticas coletivas na formação de atores sociais*, o estudo analisa metodologias e práticas de ação desenvolvidas por uma incubadora para compreender o processo de formação dos seus atores sociais em princípios de autogestão. Tal escassez, reforça a pertinência da presente pesquisa, que aborda processos de incubação, à luz de princípios de autogestão, a partir de experiências de estudantes de graduação.

A unidade de análise é a *Organização de Aprendizagens e Saberes em Iniciativas Solidárias e Estudos no Terceiro Setor (OASIS)* da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Idealizada em 2006, a Oasis tem origem na pesquisa a partir do Núcleo da Unitrabalho, passando a atuar, como incubadora, em 2009. Em 2013, a incubadora incorporou simultaneamente as funções ensino e pesquisa. O ensino está vinculado ao Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera), especificamente ao Curso de Graduação Tecnológica em Gestão de Cooperativas no Centro de Ciências Sociais Aplicadas (CCSA). O referido Curso foi concebido em 2012, implantado em 2013 e, desde então, é administrado pela Oasis mediante termo de execução descentralizada (TED) firmado entre a UFRN e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). A pesquisa, por sua vez, vincula-se ao Programa de Pós-Graduação em Administração (PPGA) com conteúdos da gestão social.

Destacam-se entre os principais trabalhos desenvolvidos na OASIS:

Intervência Universitária OASIS; Curso de Graduação Tecnológica em Gestão de Cooperativas; Residência Agrária – Pós-graduação *latu sensu* – Especialização em Economia Solidária e Desenvolvimento Territorial; Avaliação e Gestão Estratégica do Programa Minha Casa Minha Vida – MCMV: Definindo Metodologia de Monitoramento, Avaliação e Retroalimentação; Incubação de Empreendimentos Econômicos Solidários; Análise Qualitativa do ICV em Territórios Potigüares; Pesquisa e extensão na Cadeira de Cajulcutura; Gestão de Territórios Rurais no Mato Grande; Pesquisa de Relações de Gêneros na Reforma Agrária; Programa de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais – PDSTR; Qualidade do Trabalho em Empreendimentos Econômicos Solidários da Reforma Agrária; Chamada Pública MEC – PROEXT 2015/2016; Mapeamento da Economia Solidária no RN e a Pesquisa em Trabalho Voluntário (MATOS, 2015, p. 56).

Atualizando o referido levantamento realizado por Matos (2015), pesquisa documental realizada na OASIS permite elencar outras ações que se desenvolvem no momento em que a presente dissertação se encerra. São ações atuais:

a) na extensão: o projeto *Gestão Social, Tecnologias Sociais e Sustentabilidade – Incubação de Empreendimentos, Fomento à Economia Solidária e ao Desenvolvimento Territorial – progressividade de Ações Socioeducativas e Técnico-Produtivas da OASIS* tem o propósito de aplicar processos socioeducativos e técnico-econômicos de fortalecimento da economia solidária através do estímulo ao protagonismo juvenil e à incubação de empreendimentos do segmento do artesanato potiguar e da agricultura familiar, aliados à implantação de uma incubadora no Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN). Já o *Programa de Aprendizagem e Saberes em Iniciativas Solidárias (Proasis)* reúne as iniciativas desenvolvidas pelo grupo OASIS. Atualmente, duas ações sistemáticas ocorrem simultaneamente na Associação Camponesa Bernardo Marin (Assentamento Bernardo Marin/Pureza) e na Associação de Jovens do Assentamento Pirangi (Galinhos). A atuação do grupo na agricultura familiar, todavia, ultrapassa essas duas unidades considerando a atuação também no Curso de Graduação Tecnológica em Gestão de Cooperativas. Os dois projetos de extensão citados possuem financiamento interno da Pró-Reitoria de Extensão da UFRN - PROEX/UFRN.

O projeto *Pesquisa-Ação em Administração, Mercado e Relações de Gênero na Economia Solidária: aplicação, avaliação e aperfeiçoamento de metodologia de incubação de Empreendimentos Econômicos Solidários*, financiado pela Subsecretaria de Economia Solidária do Ministério do Trabalho (Senaes/MTb), é continuidade das ações realizadas entre 2006/2008 e 2011/2014 pela OASIS junto a Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) sediados em Natal. Apresenta inovações ao buscar, além da continuidade da atividade de incubação, mapear e descrever características socioeconômicas e capacidades dos associados acompanhada de um diagnóstico da realidade dos empreendimentos, apontando resultados alcançados, desafios e potencialidades de práticas de Economia Solidária.

Em parceria com as prefeituras municipais de Galinhos, Jandaíra e Parazinho, o *Projeto Oasis de Intervivência Universitária 2017/2018* está em sua 5ª turma e tem como objetivo a formação, em nível de educação complementar, de jovens para o exercício da participação e da atuação pública de interesse de coletividades, com foco em estratégias de protagonismo juvenil e empreendedorismo social baseados em práticas solidárias, em metodologia de intervivência universitária e em elementos teóricos de participação e controle social, pedagogia da

alternância, agroecologia e segurança alimentar, sustentabilidade, economia solidária, cooperativismo, associativismo, políticas e gestão pública.

b) pesquisa: O projeto *Gestão Social em Segurança Alimentar e Nutricional: estudo de caso em associativismo, produção agroecológica e acesso a mercados institucionais* toma como objeto o desenvolvimento territorial do Rio Grande do Norte tomando como espaço de atuação o Território do Mato Grande, que possui 16 municípios e está localizado em área geográfica adjacente a Nordeste de Natal. Trata-se de desdobramento do Edital MDA/SDT/CNPq Nº 05/2009 – Gestão de Territórios Rurais, do Sistema de Gestão Estratégica – SGE da Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT), e se desenvolve mediante diálogos e cooperação com o Fórum de Desenvolvimento do Mato Grande (Fomag).

Financiado pelo CNPQ, o projeto *Gestão Social em SAN- Aprendizagem e Saberes em Iniciativas Solidárias, Agroecologia e Segurança Alimentar: Cooperação interinstitucional e estudos integrados em ensino, pesquisa e extensão em Brasil, Colômbia e Argentina* objetiva desenvolver ações integradas e colaborativas de pesquisa, ensino e extensão por meio de comparativos de experiências e práticas de gestão social na agricultura familiar, envolvendo agroecologia, segurança alimentar e nutricional e economia solidária em países da UNASUL, com o propósito de aperfeiçoar processos de planejamento, implementação, monitoramento e avaliação de políticas públicas destinadas à promoção de qualidade de vida e à superação de indicadores de pobreza. Outro projeto financiado pelo CNPQ é o *Pesquisa-Ação em Desenvolvimento Territorial, Protagonismo Juvenil e Economia Popular e Solidária*, com o propósito primordial de efetivar iniciativas socioeducativas e técnicas de superação da pobreza e inserção social, política e econômica, por meio da progressividade na extensão inovadora e na replicação de tecnologias sociais em territórios potiguares mediante coordenação do proponente.

A CAPES fomenta o projeto liderado pelo Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal do Rio Grande (PPGA/UFRN) - *Controle social de políticas públicas e desenvolvimento territorial: estudos integrados e comparativos de indicadores de inclusão social e produtiva e de superação da pobreza em territórios brasileiros*. Associado ao Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal de Viçosa (PPG-ADM/UFV) e ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional Sustentável da Universidade Federal do Cariri (PRODER/UFCA), estando as três equipes comprometidas com o objetivo de descrever, em perspectiva comparativa, indicadores de inclusão social e produtiva e de superação da pobreza em territórios brasileiros tomando

como referência os construtos teóricos controle social e desenvolvimento territorial e, como base empírica, os territórios do Mato Grande (RN), Cariri (CE) e Bacia do Turvo (MG).

c) ensino: O Curso de Graduação Tecnológica em Gestão de Cooperativas (segunda turma), financiado por meio de termo de execução descentralizada (TED), firmado entre a UFRN e o Incra, o Curso possui, no momento, 42 estudantes vinculados a 38 áreas da reforma agrária - são 33 assentamentos, 1 acampamento e 4 comunidades quilombolas. O Curso estrutura-se em 6 (seis) períodos letivos e se desenvolve mediante metodologia da pedagogia da alternância, intercalando *tempo escola* e *tempo comunidade*, beneficiando segmentos de jovens e adultos com atuação em área da reforma agrária – assentados, quilombolas, educadores da educação básica, extensionistas e educadores populares. E, com apoio da Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD/UFRN), o projeto de monitoria: *Integrando ações de Gestão Social na formação de Administradores e de Gestores de Cooperativas no Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária* com o propósito de garantir suporte a trabalhos acadêmicos vinculados ao ensino no campo da Gestão Social. Incorpora duas inovações: intercâmbios entre metodologias de ensino designadas a segmentos socioeconômicos distintos e interfaces do ensino, ofertado mediante modalidades específicas, com a pesquisa e a extensão em Gestão Social.

A presente dissertação aborda, a partir de entrevista semiestruturada, experiências de estudantes de graduação, de áreas distintas do conhecimento, com foco exclusivo em atividades de extensão, especificamente em processos de assessoria a grupos produtivos de áreas rurais e urbanas. A escolha dos informantes ocorreu por acessibilidade, considerando a disponibilidade de tempo no período definido para coleta dos dados. Desse modo, a pesquisa contemplou oito estudantes (Quadro 4),

Por meio de entrevista semiestruturada, buscou-se apreender vivências de estudantes do grupo OASIS/UFRN referentes a princípios de economia solidária e autogestão. As entrevistas foram gravadas e, a partir das transcrições das falas dos participantes, foi elaborado um *corpus*, requisito do software IRAMUTEQ, com as respostas abordadas por temas, conforme listados no Quadro 1: experiência, contribuições à formação, atividade, empreendimento, incubadora e autogestão. A apreciação dos resultados, por sua vez, ocorreu pela via da análise lexical (OLIVEIRA, 2008).

Quadro 4 – Dados dos Entrevistados

Entrevistado	Graduação	Tempo na OASIS/UFRN
Entrevista_01	Agronomia	3 anos
Entrevista_02	Gestão Ambiental	8 anos
Entrevista_03	Nutrição	7 meses
Entrevista_04	Design	1 ano e 9 meses
Entrevista_05	Arquitetura e Urbanismo	1 ano
Entrevista_06	Administração	1 ano e 2 meses
Entrevista_07	Design	1 ano
Entrevista_08	Administração	1 ano e 6 meses

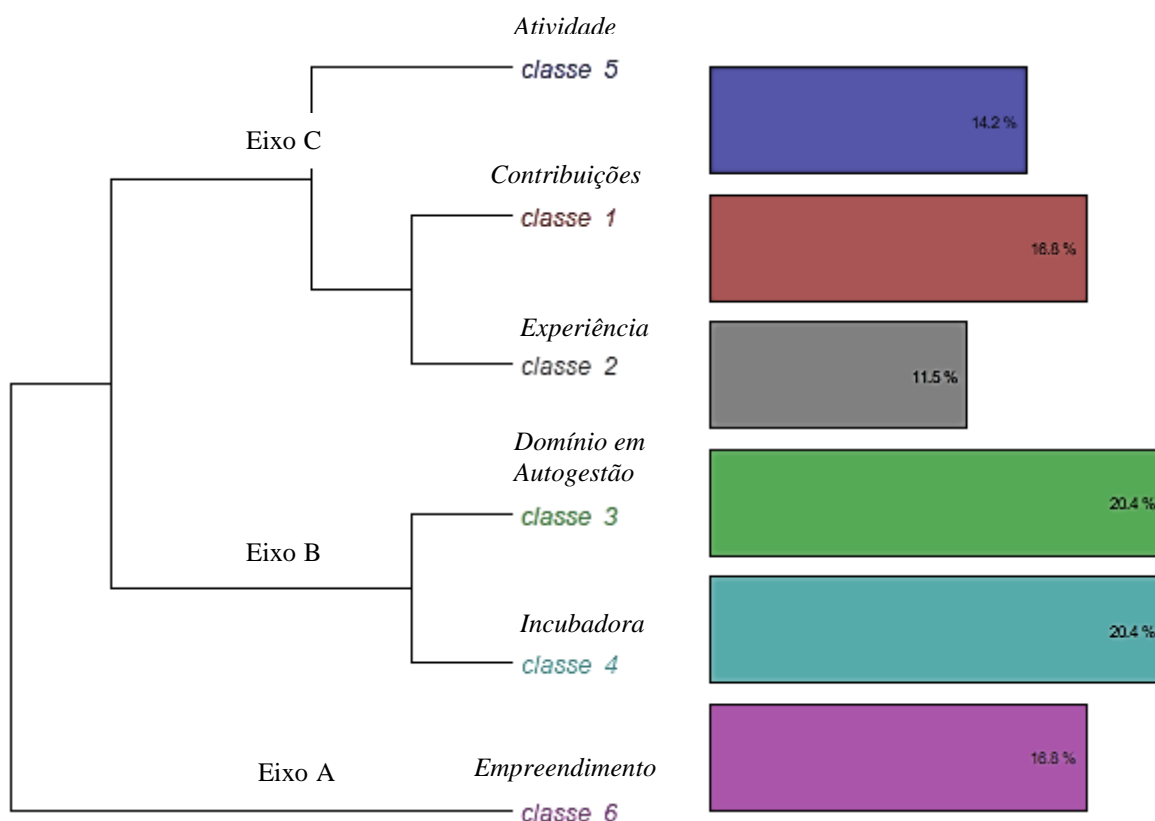
Fonte: Dados da pesquisa (2018)

O *corpus* derivado das informações das entrevistas viabilizou uma estatística textual no IRAMUTEQ que apresentou 133 segmentos de texto (ST), ou seja, divisões que o *software* faz para processar a análise. Dos ST gerados, houve aproveitamento de 113, o que corresponde a 84,96% de retenção. Tal percentual de retenção determina que o *corpus* é representativo, considerando que o aproveitamento deve ser de, no mínimo, 70%. Ocorreram 4674 ocorrências (palavras, formas ou vocábulos), sendo 1049 palavras distintas (ou formas) e 582 palavras com uma única ocorrência (hápax). Do *corpus* derivaram seis classes na Classificação Hierárquica Descendente (CHD): Classe 1, com 19 STs (16,8%); Classe 2, com 13 STs (11,5%); Classe 3 com 23 STs (20,4%); Classe 4 com 23 STs (20,4%); Classe 5 com 16 STs (14,2%) e Classe 6 com 19 STs (16,8%).

As classes estão expostas no dendograma (Figura 4), gerado pelo IRAMUTEQ, e se encontram nomeadas em sintonia com as variáveis do Quadro 1. Conforme se vê no dendograma, as classes estão divididas em três ramificações do *corpus* (eixos A, B e C). O eixo A é composto pela classe 6, denominada *empreendimento*, e diz respeito aos elementos trazidos pelos entrevistados quando questionados a respeito da experiência no processo de incubação. O eixo B reúne a classe 3, nomeada de *domínio em autogestão* para tratar de conhecimentos do estudante no tema, e, a classe 4, *incubadora*, que aborda observações feitas pelos estudante à gestão da OASIS. O eixo C possui duas ramificações: na primeira, estão a classe 2 – *experiência* para sintetizar vivências e avaliação do estudante no tocante ao próprio desempenho, e, a classe

1 –*contribuições*; na segunda ramificação, está o eixo C – *atividade*, abordando práticas dos estudantes no processo de incubação junto aos empreendimentos.

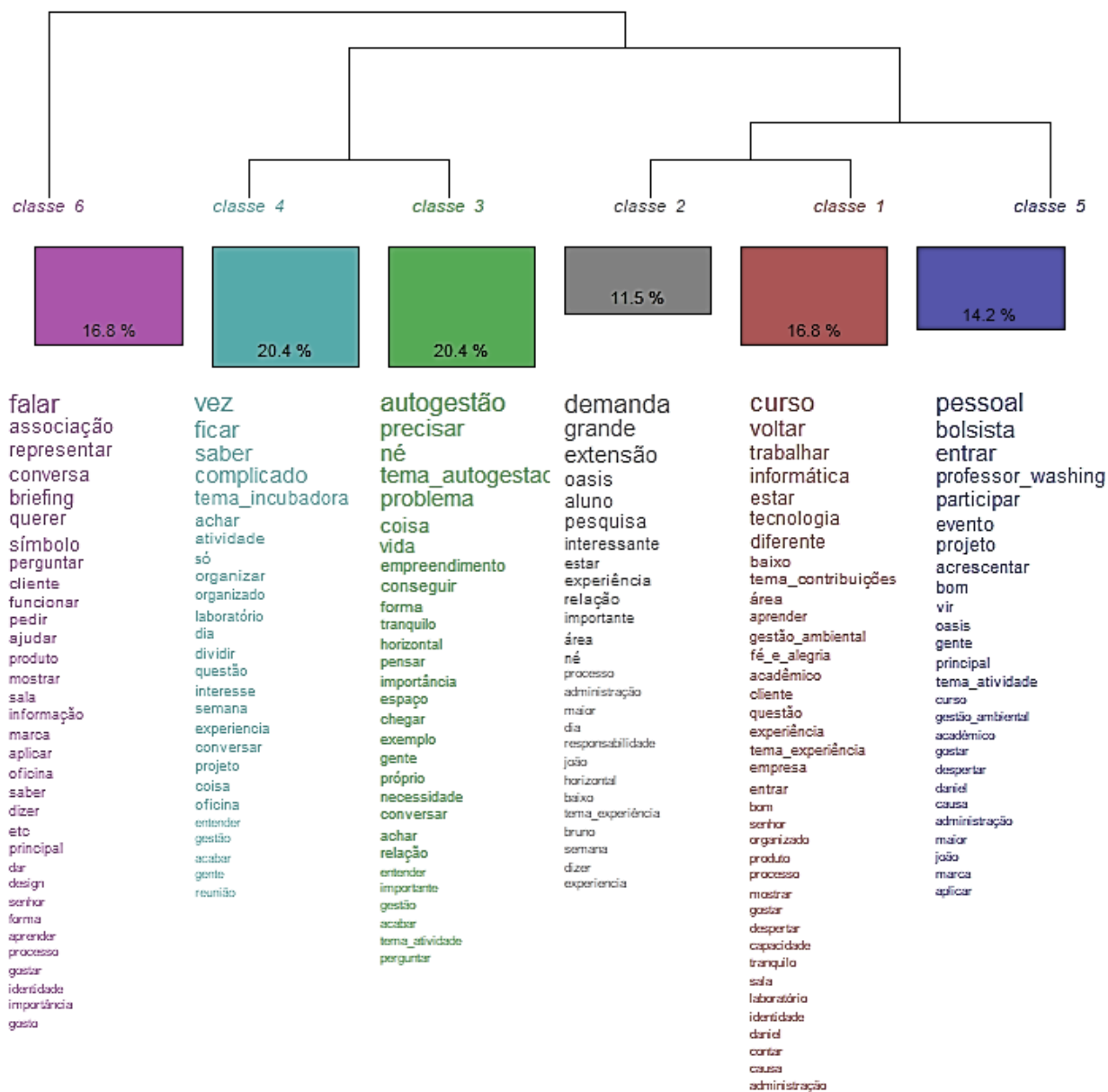
Figura 4 – Dendograma da Classificação Hierárquica Descendente



Fonte: Software IRAMUTEQ, dados da pesquisa (2018).

A denominação das classes do *corpus* obedeceu os temas devidamente identificados no Quadro 1 e abordados nos procedimentos metodológicos. Ao passo que o dendograma da Figura 4 distribui a estrutura das ramificações com a respectiva identificação de cada classe, o dendograma da Figura 5 apresenta, dentro de cada classe, os conjuntos dos vocábulos a elas associados. Os vocábulos centrais, utilizados para a denominação das classes são: na classe 1 (contribuições) – curso, trabalhar, informática e tecnologia; na classe 2 (experiência) – demanda, extensão, pesquisa e experiência; na classe 3 (domínio em autogestão) – precisar, problema, empreendimento, achar e gente; na classe 4 (incubadora) – vez, saber, complicado, atividade; na classe 5 (atividade) – pessoal, entrar, professor, participar, evento, projeto, acrescentar; e por último, na classe 6 (empreendimento) – falar, associação, representar, conversa, querer.

Figura 5 – Organograma das classes por vocábulos associados

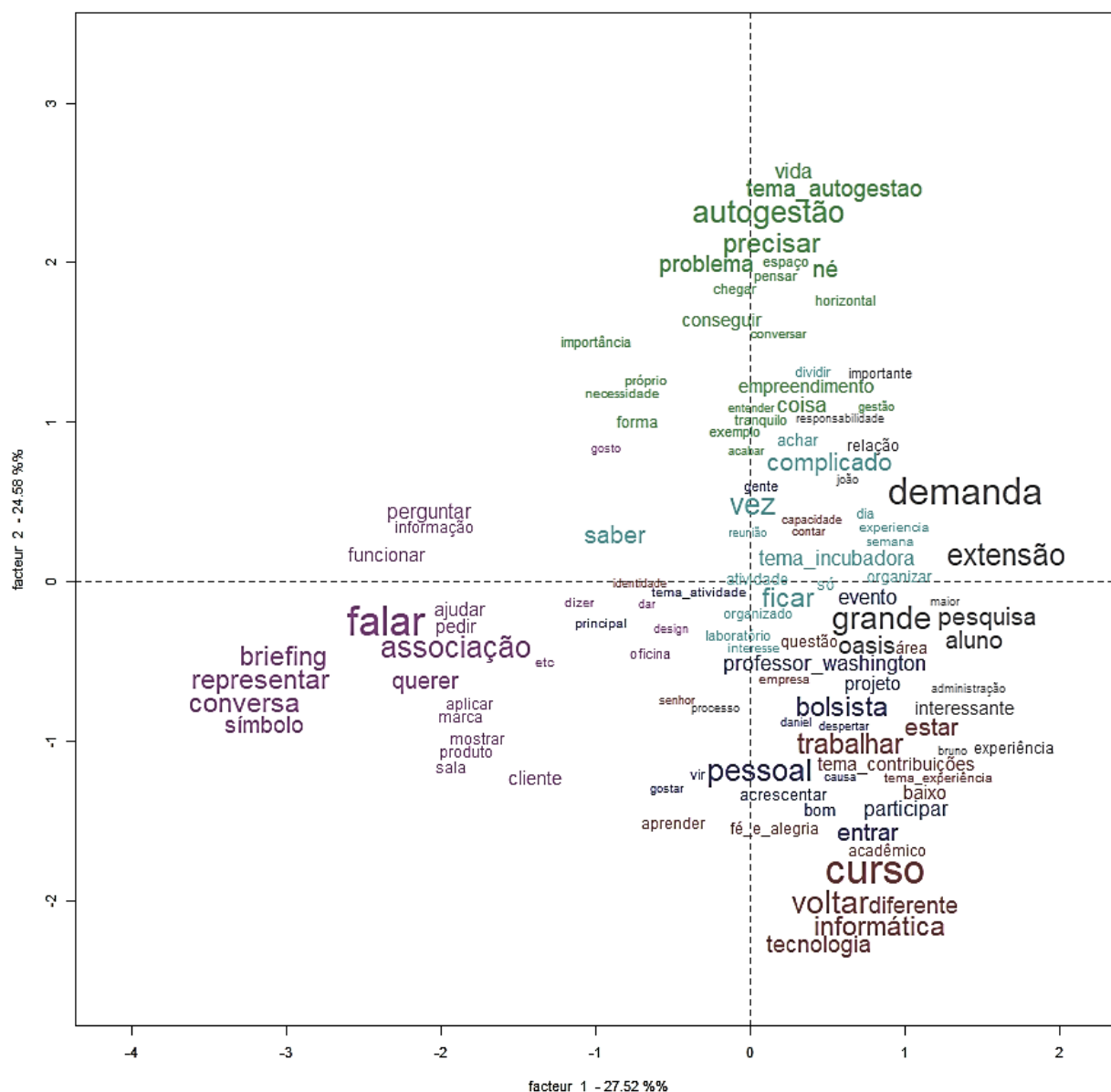


Fonte: Software IRAMUTEQ, dados da pesquisa (2018).

Reforçando a relação estabelecida entre as seis classes da CHD, a Análise Fatorial de Correspondência (AFC) – que agrupa em plano cartesiano (Figura 6) palavras do *corpus* processado no IRAMUTEQ com base no cruzamento e na frequência de ocorrência de cada vocábulo nas classes – evidencia que, as classes se direcionam ao centro dos quadrantes, tendendo à formação de um conglomerado homogêneo, com imbricamento entre palavras de classes distintas. Esse fato caracteriza relação significativa entre as classes. Os vocábulos que mais apresentam aproximação entre si são as das classes *domínio em autogestão* e *incubadora*;

e, das classes *experiência* e *contribuições* (com imbricamento mais intenso). A classe mais afastada do imbricamento é *empreendimento*.

Figura 6 – Análise Fatorial por Correspondência



Fonte: Software IRAMUTEQ, dados da pesquisa (2018).

A denominação das classes surgidas da CHD ocorreu tanto com base em atributos das respostas dos entrevistados (Quadro 1) quanto pelas categorias analíticas trazidas da discussão teórica e do Quadro 3 *características de organização autogestionária*. Assim, foi possível proceder o alinhamento entre ambos, conforme sintetiza o Quadro 5, e, na sequência, realizar a análise categorial.

Quadro 5 – Categorias analíticas empregadas na definição das classes

Eixos	Classes do Iramuteq	Categorias analíticas
A	Empreendimento	Relação com parceiros
B	Domínio em Autogestão	Conhecimento sobre Autogestão e Economia Solidária Hierarquização
	Incubadora	Tomada de decisões Divisão e participação no trabalho Divisão do trabalho entre planejamento e execução
C	Experiência	Educação
	Contribuições	Relações Pessoais
	Atividade	Divisão e participação no trabalho Divisão do trabalho entre planejamento e execução

Fonte: Dados da pesquisa (2018).

4.1 EMPREENDIMENTO

Os dados textuais desta categoria têm origem nas questões “Fale a respeito da sua experiência no processo de incubação junto aos empreendimentos?” e “Que observações você tem a respeito da gestão dos empreendimentos?”. Inicia-se a análise, aqui, pela classe 6, frente ao destaque conferido pela CHD (Figura 4) uma vez que os demais eixos e classes são dela derivados. Na Classificação Hierárquica Descendente (CHD) procedida é possível identificar, na classe 6, a prevalência dos termos *falar*, *associação*, *representar* e *conversa*, refletindo o que os associados dos empreendimentos demandam da OASIS. Nas respostas dadas pelos entrevistados há destaque para:

Ele [o líder do empreendimento incubado] veio falar para mim se teria como fazer um treinamento para melhorar a forma como os membro dos grupos se relacionam com os clientes, serem mais sensíveis (ENTREVISTA_03).

Não fui eu quem construiu, foram elas [as sócias dos grupos] que construíram a oficina. Primeiro a gente fez uma reunião para saber o que elas queriam aprender. Aí, de acordo com o que elas falaram, eu elaborei a oficina (ENTREVISTA_05).

Daí eu pergunto a elas [as sócias dos grupos], falo sobre marcas, mostro algumas marcas famosas e pergunto o que elas acham e que símbolo representaria a associação (ENTREVISTA_04)

Mas a principal atividade é com as associações, a gente faz uma visita, aí conversa para saber quais necessidades elas têm (...) e a gente conversa e explica, faz uma oficina junto com todas as senhoras para começar um processo. (ENTREVISTA_07)

As falas evidenciam práticas dialógicas, de pactuação por meio de diálogos, com os estudantes e associados nas atividades junto aos empreendimentos. A preocupação é mapear e atender necessidades dos empreendimentos por meio de conversas e, não, mediante estratégias de transferência de ideias e técnicas. Busca-se definir, em conjunto, oficinas e atividades. Entendem os estudantes que os trabalhadores e trabalhadoras dos empreendimentos incubados dispõem de “saberes úteis para a gestão dos empreendimentos e das suas vidas, é necessário criar espaços para que esses saberes se expressem” (FRAGA, 2012, p. 212).

Os empreendimentos incubados são tomados como parceiros da OASIS, e, conforme indica a categoria de análise *relações com parceiros*, se faz necessário conhecer características da atuação de cada empreendimento. Os estudantes da OASIS atendem a esse requisito no processo de incubação quando zelam pelo diálogo. Por essa razão, as palavras *falar* e *conversa* assumem posição de destaque nesta classe.

Eu faço o mesmo: perguntando os produtos que elas fazem na associação e, depois, os que mais representam a associação (ENTREVISTA_04).

Eu busco saber o que elas gostam de fazer na associação e o que elas gostam na associação. Dáí, eu tenho vários papéis e eu vou colando na mesa. (ENTREVISTA_04).

São muitas associações e, na conversa, a gente consegue coordenar isso bem direitinho, de forma que tudo funcione (ENTREVISTA_05)

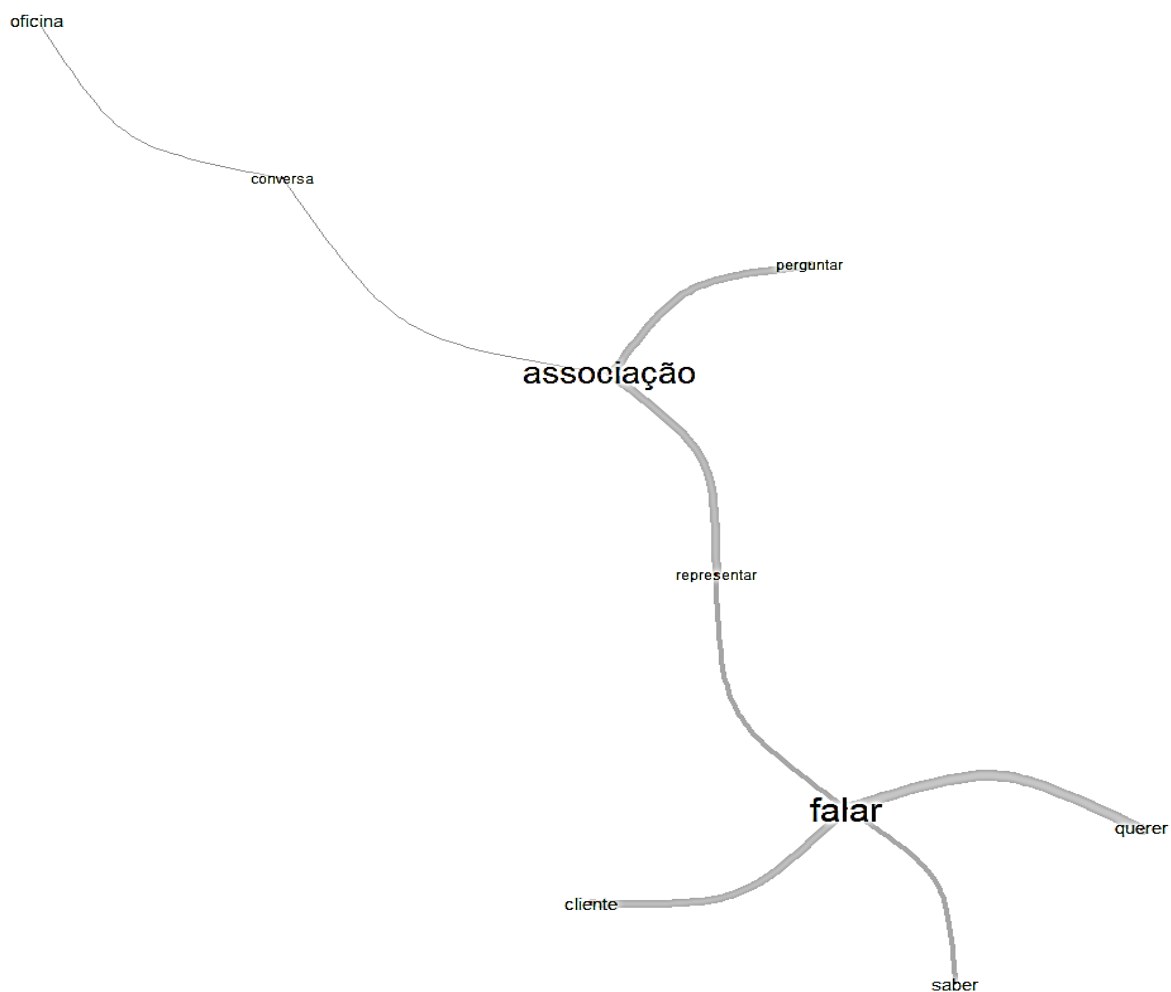
O vocábulo *associação* foi o segundo de maior incidência nesta classe e representa a forma jurídica de constituição dos empreendimentos incubados. Os estudantes de graduação entrevistados, na quase totalidade, estão envolvidos no projeto *Pesquisa-Ação em Administração, Mercado e Relações de Gênero na Economia Solidária: aplicação, avaliação e aperfeiçoamento de metodologia de incubação de Empreendimentos Econômicos Solidários*, que a OASIS desenvolve, em parceria com a SEMTAS (Secretaria Municipal de Trabalho e

Assistência Social) da Prefeitura do Natal, mediante fomento da Subsecretaria de Economia Solidária do Ministério do Trabalho (Senaes/MTb), incubação de associações de artesãs da região de Natal/RN.

O verbo *representar* é igualmente significativo e remete ao cuidado que os estudantes têm com a identidade dos empreendimentos e com quem neles trabalha. A atividade de incubação requer “muitos conhecimentos de comunicação organizacional e institucional para apoiar os empreendimentos incubados e também para trabalhar sua própria imagem e identidade” (LISBOA FILHO, 2015, p. 13-14). A identidade, portanto, representa o empreendimento.

A Figura 7 reproduz a árvore de similitudes da classe *Empreendimento*. Nela é possível verificar as ramificações do vocábulo *associação*, mais fortemente vinculado ao vocábulo *falar*. Por sua vez, *falar* aparece conectado a *cliente*, *querer* e *saber*. Querer falar com clientes, abordando-os de modo adequado, e querer saber, ou seja, querer aprender para aprimorar o desempenho próprio e do coletivo, explicam essa ramificação. O que une *falar* e *associação* é *representar*, confirmando a análise feita anteriormente. *Perguntar* e *conversa* são dois outros vocábulos ramificados de *associação*. Ambos aparecem reforçando o entendimento já registrado de que há relações dialógicas entre os estudantes e o público dos empreendimentos incubados.

Figura 7 – Árvore de similitude da classe *Empreendimento*



Fonte: *Software IRAMUTEQ*, dados da pesquisa (2018).

4.2 DOMÍNIO EM AUTOGESTÃO

A classe 3 desta pesquisa diz respeito a conhecimentos dos informantes no que se refere à compreensão que dão ao construto autogestão. A OASIS envolve os estudantes em atividades que abrange “uma extraordinária experiência de autogestão que, antes de tudo, transforma os próprios estudantes” (CAMPOS; MASCARENHAS, 2007, p. 198). Quando questionados acerca do que entendem pelo termo autogestão, os respondentes apontam, por um lado, para o viés da decisão coletiva e da administração autônoma, e, por outro, para a dificuldade em efetivá-la:

Eu entendo como a gente fazer as coisas (...) mas tipo, a gente fazer a gente decidir o que a gente vai fazer e pensando num todo obviamente, nas obrigações, nas coisas que a gente tem que fazer, e cada um pensar

e fazer, pensar nas coisas que tem que fazer, mas ao mesmo tempo, estar todo mundo ali, um pode ajudar o outro, essas coisas (ENTREVISTA_03)

Autogestão é a pessoa mesmo administrar tanto a vida quanto a empresa (ENTREVISTA_05)

A autogestão, eu gosto muito disso,mas, acho um pouco confuso. Mas, acho que a confusão é com relação a ter muita gente, porque tem muita gente aqui. Ai, eu acho que as informações acabam se perdendo (ENTREVISTA_06).

Os informantes detêm algum grau de compreensão a respeito do vocábulo autogestão. Cabe, aqui, destacar um importante aspecto desta última fala: a importância que a comunicação assume em processos autogestionários, Singer (2002, p.19) explica que, para que a autogestão aconteça, todos os participantes devem saber o que acontece na organização. O destaque do estudante é para a comunicação no interior da OASIS, alegando ele a existência de *muita gente* e a dificuldade de acompanhar tudo o que ocorre no interior do grupo. De fato, no momento do encerramento desta pesquisa, a OASIS reunia trinta e um membros, dos quais, dois docentes efetivos da UFRN, três docentes colaboradores do Departamento de Ciências Administrativas (dois cursando doutorado e um atuando como técnico), três membros com vínculo de técnico, quinze alunos de graduação e mais oito alunos de pós-graduação (mestrado e doutorado em Administração). Além do número de membros da equipe, deve-se considerar, na interpretação da fala, o fato de que a OASIS desenvolve ações simultâneas de ensino, pesquisa e extensão.

A autogestão é percebida no interior da OASIS conforme registram a fala abaixo. Tem-se, assim, que, a partir do momento que a solidariedade toma o lugar da competição na economia solidária, os dados e informações têm que ser desconcentrados das mãos da alta administração para todos os participantes (SILVA, 2014). Os informantes reconhecem tal prática na OASIS destacando, por um lado, a relação que têm com o líder de um dos projetos de extensão em que atuam, e, por outro, a posição assumida pelo coordenador-geral da equipe:

Aqui dentro a gente funciona praticamente como uma autogestão. Por exemplo: a gente recebe as demandas e não tem chefe; tipo Bruno, que está acima da gente. Ele não vai dizer “você vai fazer isto ou aquilo”. Temos uma demanda e a gente se organiza até tal data para fazer aquilo, então, a gente tem que se gerenciar (ENTREVISTA_07).

Até o professor Washington, quando ele senta para conversar com a gente, ele apresenta uma forma bastante horizontal. (ENTREVISTA_03)

Os relatos ilustram a autogestão na OASIS. Primeiramente, pela autonomia que é dada aos estudantes em planejar, organizar e executar suas atividades, evidenciando que não se separam trabalho intelectual e trabalho manual. De outro modo, fica claro o respeito a conhecimentos de cada integrante, tanto em termos formais quanto em termos de potencialidades profissionais, contribuindo para o progresso da “coesão social através da responsabilização de cada um dos indivíduos para o sucesso do projeto coletivo” (EID, 2004, p.4).

Referências nominais ao líder de um dos projetos (de extensão) e ao coordenador-geral da equipe, ao tempo que indicam o reconhecimento de status diferenciado em virtude das funções que exercem, servem, de outra forma, para destacar sentimentos de relações horizontais e isonômicas. A horizontalidade percebida reforça a presença da autogestão na OASIS. A categoria analítica *hierarquização* aparece enquadrada na classe *autogestão* justamente por evidenciar essa contraposição (Quadro 6) considerando que:

Não há como ter autogestão numa incubadora sem a relação horizontal entre professores, funcionários e estudantes. Junto a isto, é necessária uma alternância nas diferentes funções de direção e a perfeita fluidez das informações. Em espaços onde há concentração de informações, não é possível que todos os envolvidos detenham a mesma capacidade de tomada de decisões (ZAMORA, 2011, p.6).

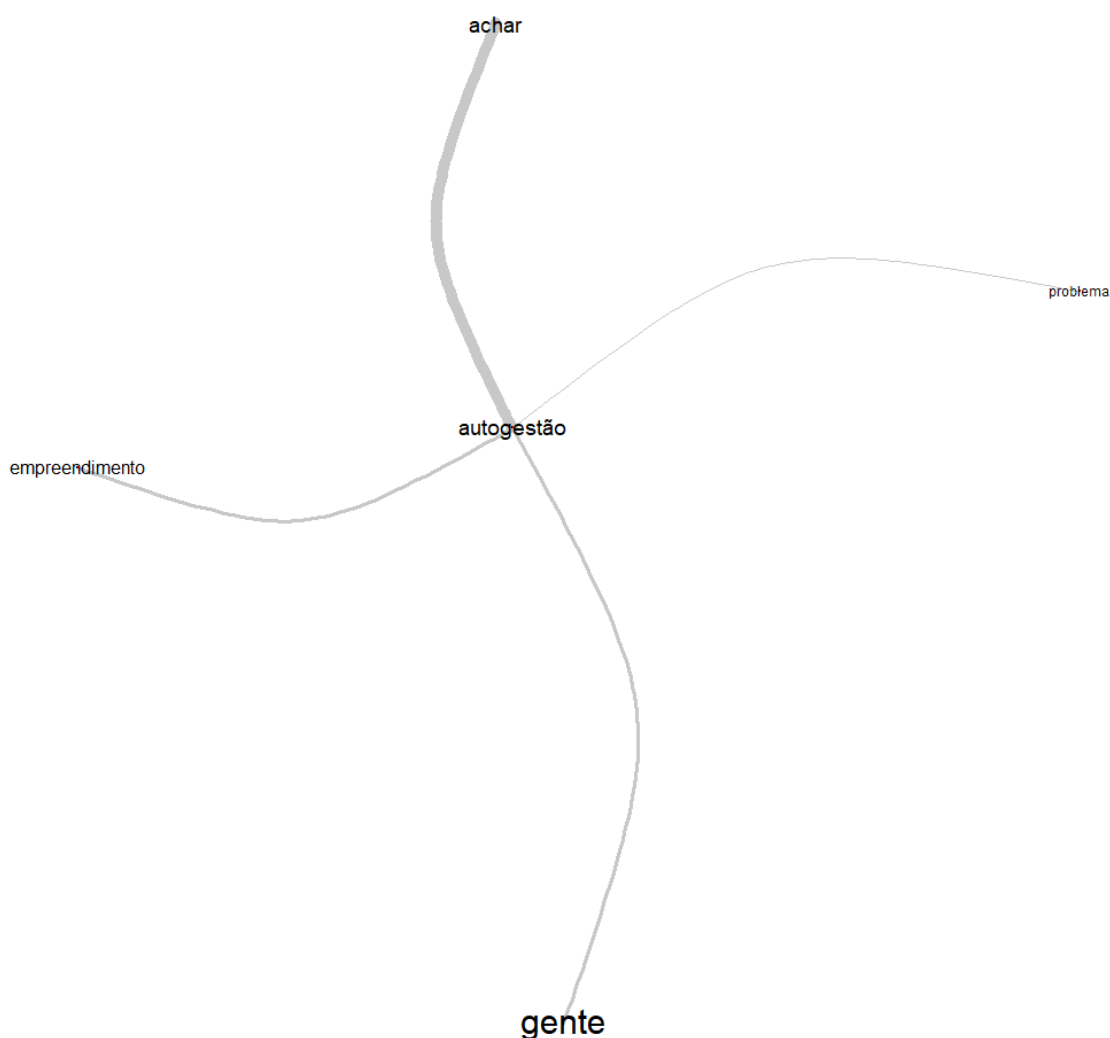
Por sua vez, o vocábulo *precisar* retrata demandas dos estudantes na operacionalização das atividades, bem como, constatações, deles, com relação a necessidades dos empreendimentos. Em todas as entrevistas ficou claro que os estudantes percebem processos autogestionários, conforme se percebe nas falas, e exercícios de permanente liberdade e autonomia na resolução de problemas:

Se a gente precisa de uma coisa, transporte, alimentação, quando a gente precisa marcar algum canto, tudo se resolve de uma forma bem tranquila, não tem burocracia, tudo é bem facilitado (ENTREVISTA_03).

Fiz um projeto e levamos lá e instalamos. E agora a gente está tentando retomar as atividades. Outra coisa, também, é que a bomba queimou, eu fui atrás de ajeitar, fui atrás de orçamento, fiz todos os orçamentos certinhos, passei para o professor e ele comprou a bomba. A gente foi lá instalar, instalei com o rapaz. É sempre assim: dando assistência no que precisa (ENTREVISTA_01).

Há coisas que precisam ser estudadas mais a fundo, algo com muita peculiaridade. Você tem que analisar um contexto para conseguir chegar a uma solução para um problema (ENTREVISTA_06)

Figura 8 – Árvore de similitude da classe *Domínio em Autogestão*



Fonte: Software IRAMUTEQ, dados da pesquisa (2018).

Na averiguação de conexidades entre os vocábulos pode-se observar mais forte ramificação do vocábulo *autogestão* com o verbo *achar*. Esse fato ocorre porque os informantes evidenciam autonomia na busca por respostas para os problemas que surgem tanto no interior da OASIS quanto no que se refere aos empreendimentos. O vocábulo *gente*, igualmente

relevante na ramificação, refere-se aos próprios estudantes, reforçando tanto a noção de autonomia quanto sentimentos de coletividade, de trabalho em equipe.

O vocábulo *problema* aparece na árvore de similitude e está relacionado às falas dos entrevistados reforçando a ideia de autogestão e resolução de problemas tanto no interior da equipe OASIS quanto junto aos empreendimentos:

Se eu vir um problema específico, se tiver um evento na comunidade, a necessidade de fazer qualquer coisa, eu posso convocar uma reunião e perguntar a todos [da equipe OASIS] o que eles acham. Na gestão daqui eu acredito que a gente vá muito pra esse lado. (ENTREVISTA_06)

Elas [as sócias dos empreendimentos] escolhem com qual imagem se identificaram mais e, a partir daí a gente vai fazendo o que for de suporte gráfico que elas precisarem: de cartão, etiqueta e embalagem (ENTREVISTA_07).

Do mesmo modo que *domínio em autogestão*, a próxima classe, *incubadora*, igualmente pertence ao Eixo B, demonstrando proximidade no que se refere ao lexico dos dois conjuntos de vocábulos, ou seja, os sentidos dos dois conjuntos de vocábulos permitem reuni-los como temáticas próximas.

4.3 INCUBADORA

A classe 4 desta pesquisa é *incubadora*, categoria que aglutina respostas dos entrevistados no que se refere a sentimentos que têm das atividades desenvolvidas na OASIS. O primeiro termo em destaque na CHD é *vez*, utilizada para indicar algo que acontece esporadicamente ou para questionar determinadas tarefas que se mostram centralizadas:

Eu acho que a divisão de tarefas, não sei, às vezes eu acho que tenho coisa demais. No meu caso, nesses dois anos, as funções nas associações são bem divididas. Mas, quando é algo da OASIS, normalmente conversam comigo, aí fica pra mim. (ENTREVISTA_04)

Eu acho que poderia ser mais dividida [a responsabilidade], nos quesitos que geralmente as atividades são mais concentradas com Bruno, Daniel, professor Washington e Juarez. Às vezes eu acho que eles ficam sobrecarregados e poderiam encaminhar algumas atividades para nós bolsistas (ENTREVISTA_08)

A primeira fala traz um sentimento de concentração de atividades no estudante. Não há propósito, aqui, de precisar o que ocorre com esse estudante especificamente. De qualquer forma, é possível inferir que excessos podem ocorrer em virtude de maior volume de demandas na sua especialidade/área de formação aliados ao reconhecimento de competência e à confiança das lideranças dos projetos na qualidade do trabalho que ele realiza. O segundo posicionamento traz outro objeto à discussão, igualmente vinculado à ideia de distribuição assimétrica de tarefas. Todavia, o segundo estudante aponta para o acúmulo de tarefas nas lideranças, em membros mais experientes. Nesse caso, é provável que a natureza das tarefas exija a centralização, seja em virtude do grau de responsabilidade demandado seja pelo maior grau de complexidade da decisão (por exemplo, decisões envolvendo aspectos de execução financeiro-orçamentária ou, ainda, consulta a órgãos de direção).

É importante observar que a divisão do trabalho, entre estudantes e técnicos, se dá de acordo com a área de formação e o grau de responsabilidade exigido, neste caso, ficando tarefas mais complexas com membros mais experientes. Trata-se de equipe multidisciplinar orientada para atuar integralmente em todas as ações (de ensino, pesquisa e extensão) respondendo a uma ou outra demanda. Todavia, pode de fato ocorrer sobrecarga em dados conteúdos (estudante/técnico/área de atuação) em detrimento de pausas para outros. De outra forma, em se tratando de ambiente autogestionário cabe ao membro, eventualmente incomodado com dada situação, tomar iniciativa, questionar, provocar. O fato é que há momentos de flutuação e isso é reconhecido por um dos estudantes:

A OASIS, a característica principal dela é ser multidisciplinar; Ela tem vários bolsistas, por exemplo, arquitetura, nutrição, tem pessoal de jornalismo, e, o que que acontece, atualmente, é, com relação a mim. Na área de segurança alimentar eu estou com uma demanda um pouco maior, na pesquisa e na extensão, devido às contingências do momento e algumas pessoas.... é, por não ter uma demanda pontual, estão sem tanto trabalho. Mas isso pra mim não é problema, justamente pelo fato de que, por exemplo, há momentos em que eles vão ter que trabalhar um pouco mais, e eu um pouco menos. Aí, é só observar que se equilibra. Não é um problema; eu acho bem tranquilo quanto a isso (ENTREVISTA_03)

A articulação de saberes pode ser prejudicada quanto se desconhece quem pode contribuir, dentro de um grupo, com dada tarefa. O aluno pontua a sobrecarga de trabalho, mas, a reconhece como demanda pontual e não vê problema. Eid (2004) explica que,

De fato, pode-se perceber que quando discutimos metodologia de incubação, estamos tratando de um tema cujo processo é complexo e que envolve relações interpessoais cuja interação é fundamental em quatro níveis: a) relações interpessoais entre os membros da equipe da incubadora formada por docentes, técnicos, estudantes de diversas áreas de conhecimento atuando de forma transdisciplinar; b) relações interpessoais entre os trabalhadores do grupo que pretende organizar um EES; c) relações interpessoais entre os grupos de trabalhadores com empreendimentos já formados; d) relações interpessoais entre a equipe da incubadora e os grupos atendidos (EID, 2004, p. 4)

Outro estudante percebe organização na gestão da OASIS e se questiona a respeito de eventuais ajudas, em perspectiva multidisciplinar, por se considerar atuante no campo, em área rural:

Eu acho organizada, porque como só sou eu da área do campo, isso só cabe a mim e Daniel, eu acho. Não sei se caberia a mais alguém ajudar lá [no empreendimento] em alguma coisa (ENTREVISTA_01).

Na área rural, todavia, é possível alguma articulação com a temática da segurança alimentar, abordada pelo estudante anteriormente referido. É factível indicar que a não integração das ações rurais, no momento da coleta dos dados, estaria explicada pelo excesso de demanda do aluno do domínio da Nutrição, na segurança alimentar. Observações realizadas durante as entrevistas evidenciaram que as decisões na OASIS são tomadas coletivamente, em reuniões:

Eu gosto disso, de cada um criar sua oficina. Eu estava observando o pessoal que entrou agora – teve reunião, juntou todo mundo, e, aí, eles tiveram ideias para a oficina de cada um, e, depois, discutiram com todo mundo o que poderia mudar etc. (ENTREVISTA_04)

Aqui na OASIS eu acho bastante organizado, talvez seja um pouco complicado porque tem muita gente trabalhando. Então, a questão de comunicação, às vezes, é complicado, até para a gente fazer reunião. Mas, é tudo muito organizado para dar certo. A questão de relatório, de atividades, é mais para cima e eu não sei o que acontece. Tudo que eu vejo é organizado. (ENTREVISTA_07)

Enquanto na entrevista_04 traz argumetnos de participação, de integração e cumplicidade entre todos, a entrevista_07 aponta para um sentimento de hierarquia (*é mais pra cima e eu não sei o que acontece*) e de divisão de trabalho entre quem planeja e faz relatórios (presta contas) e quem executa. Na entrevista_01 aparece fenômeno similar quando o estudante

atribui ao coordenador da OASIS a responsabilidade pela captação e definição da aplicação de recursos financeiros.

Galvão e Cifuentes (2001, p. 35) defendem que a informação é requisito necessário para que ocorra a autogestão, e, para tanto, faz-se necessária a construção de relação de trabalho horizontal com acesso à informação. No caso aqui analisado é válido atentar para a natureza da atividade, que ocorre em uma Instituição Federal de Ensino Superior, e, portanto, submetida a normativos específicos, com permissibilidades e impedimentos definidos por meio de vários instrumentos – leis, portarias, resoluções, instruções normativas etc. Desse modo, a divisão de trabalho e a graduação de responsabilidades têm explicação, tanto por envolver processos burocráticos por vezes complexos (quanto ao modo como é captado o recurso e como podem ser executadas as rubricas) quanto pela forma como ocorre a prestação de contas. É provável, até, que os próprios estudantes, ao conhecerem o modo como opera a burocracia pública, se mostram desinteressados por detalhes que são de interesse e de responsabilidade exclusiva de quem executa recursos públicos.

A próxima categoria refere-se ao Eixo C e consta de dois grupos: um, formado pela classe 1 (mais representativa no eixo, com 16,8% de STs) e a classe 2; outro, constituído pela classe 5. São, respectivamente, *contribuições*, *experiência* e *atividades*. Apesar de se constituírem classes distintas, *experiência* e *contribuições* serão analisadas em conjunto considerando que o fato de que, dentro da classe 1, o tema *contribuições* (57,14%) aparece junto com o tema *experiência* (50%). Decidiu-se por nomear a classe 2 de tal forma, pois dentre as palavras significativas encontra-se registrado o vocábulo *experiência*. De fato, as duas classes se complementam, por isto a opção de comentá-las associadamente. A classe 2 (*experiência*) reúne os vocábulos mais significativos, *demanda*, *extensão* e *pesquisa*. De modo complementar, *contribuições* contém, principalmente, os vocábulos *curso* e *trabalho*.

4.4 EXPERIÊNCIA E CONTRIBUIÇÕES

As duas classes – classe 1_*experiência* e classe 2_*contribuições* aparecem como consequência da seguinte questão: *Que contribuições esta experiência na OASIS traz à sua formação acadêmica e profissional?* O intuito da questão foi identificar a valoração e preferências dos estudantes quanto a aprendizagens originárias das funções ensino, pesquisa e extensão. Destaca-se o fato de a experiência preencher lacunas na formação acadêmica. O vocábulo *curso* foi o de maior ocorrência (Figura 5) e assim se apresenta entre os entrevistados:

Foi amplifica a minha área de conhecimento com algo que não estou vendo no curso. Estou aprendendo na bolsa, nas atividades. (ENTREVISTA_07)

Para mim, hoje, é mais isso: olhar de uma maneira diferente para o curso que estou (ENTREVISTA_06)

Principalmente para a parte profissional, que trabalha a questão do terceiro setor, porque tem alguns professores que só trabalham questões de empresa, de mercado de trabalho, e, aqui, você vê mais esta parte social (ENTREVISTA_02)

As *contribuições* que a experiência na OASIS traz para os estudantes têm viés de relevância social e pedagógica. O primeiro viés aparece pela oportunidade de trabalho em organizações do terceiro setor, neste caso específico, junto a organizações e pessoas em situação de vulnerabilidade socioeconômica. O outro viés se refere à contribuição que o trabalho propicia, por um lado, para o segmento social assessorado, e, por outro, para a formação socioprofissional, ou seja, como processo pedagógico. Mas, há experiência que segue por outro caminho:

Contribuição acadêmica não vejo muita, porque os assuntos que a gente coloca lá são mais adequadas às senhoras [sócias dos empreendimentos] e, como meu curso é mais voltado para empresas e não para a realidade dessas senhoras, não me acrescenta muito. Mas, na formação pessoal, acrescenta muito e eu acho uma experiência muito interessante (ENTREVISTA_08)

Para o entrevistado acima, a contribuição não ocorre no âmbito acadêmico, mas, sim, no aspecto pessoal. Silva (2015, p.64) explica que a educação e a autogestão são dois grandes pilares da economia solidária e, juntos, contribuem para a concretização de uma “nova sociedade com valores éticos e humanos, tornando-se uma alternativa na formação de um novo modo de vida para o ser humano individual ou para grupo de atores sociais”. É exatamente esse fenômeno que o referido estudante experencia – uma nova visão de mundo, ou, um novo modo de interpretar a realidade social, a vida.

O termo *trabalhar* aparece com destaque para evidenciar, por um lado, o entendimento de que as atividades ocorrem, simultaneamente, em várias frentes, e, por outro, uma nova visão e sentido para o curso que o estudante realiza:

A gente não fica trabalhando em um projeto só, mas, sim, contribui em todos os outros. Além das oficinas de informática, estamos trabalhando as cartilhas, que é uma das metas (ENTREVISTA_02)

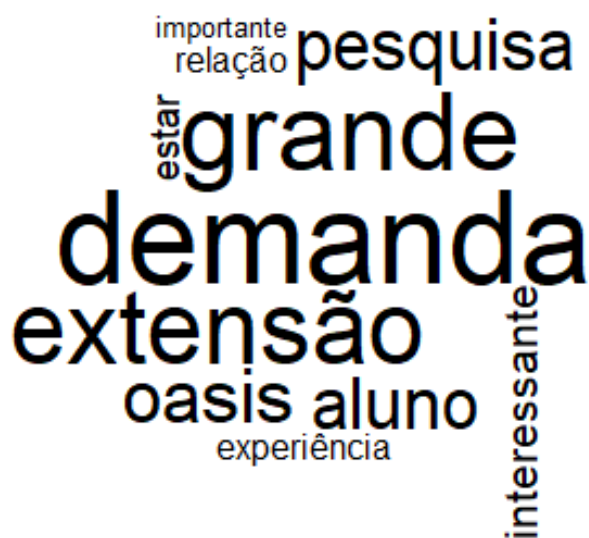
Eu passei a trabalhar com uma coisa no meu curso que eu não vejo muito, que é essa questão do design social voltado para pessoas de baixa renda (ENTREVISTA_07)

Outra questão – *Como você avalia sua experiência na incubadora?* – reforça contribuições diversas à formação com base na trajetória dos estudantes na OASIS. Todos os informantes avaliam positivamente a trajetória na OASIS e a fala abaixo sintetiza um sentimento e uma percepção do valor atribuído à experiência:

Eu acho bem interessante porque o que tem somado a mim, na experiência na OASIS, é em relação ao aprendizado das relações humanas (...) eu nunca tinha tido experiência com atividade de extensão e ensino. Quando eu entrei aqui fui meio que forçado a aprender isso e essa experiência da pesquisa com a OASIS fez com que eu aumentasse a abrangência do meu olhar com relação à Ciência e a pesquisa. Isso, para qualquer tipo de aluno, é bastante importante (ENTREVISTA_03)

A nuvem de palavras, na Figura 09, revela os vocábulos de maior frequência na classe *Experiência*. com destaque para *pesquisa*, *grande*, *demanda*, *extensão*, *OASIS* e *aluno*. Apesar de se constituir exercício meramente estatístico, de apuração de frequência, a nuvem indica, principalmente, que os estudantes percebem que o grupo OASIS atua em várias frentes e que estabelece *importante relação* entre *pesquisa* e *extensão*.

Figura 09 – Nuvem de palavras da classe *Experiência*



Fonte: Software IRAMUTEQ, dados da pesquisa (2018).

4.5 ATIVIDADE

A classe 5 emergiu do IRAMUTEQ como consequência da valorização das interações atribuída pelos estudantes tanto entre eles próprios quanto deles com os empreendimentos. Por essa razão, a classe foi denominada de *atividade*, em menção às atividades que os estudantes desempenham. Os termos que tiveram destaque, após processamento do corpus no software IRAMUTEQ, foram *pessoal*, *bolsista*, *Professor* [referindo-se ao coordenador do grupo OASIS] e *entrar*. Os vocábulos *pessoal* e *bolsista* se referem, aos próprios integrantes da OASIS para denotar diversidade quanto a presença das várias áreas do conhecimento e necessidade de relações interpessoais:

A [OASIS] tem vários bolsistas, por exemplo, arquitetura, nutrição, tem pessoal de jornalismo... (ENTREVISTA_03)

Por aqui na OASIS cada um é bolsista de um projeto, mas, participa de todos os projetos. (ENTREVISTA_02)

Infere-se que o desenvolvimento das atividades exige uma equipe de estudantes de várias áreas e que, não obstante tal diversidade, há necessidade de se estabelecer diálogos internos para suprir demandas dos projetos. A palavra *entrar* é igualmente destacada e se refere ao início da participação, dos estudantes, na OASIS. Cabe aqui evidenciar que, desde o início das atividades, os estudantes adquirem responsabilidades e participam de forma isonômica:

Desde que eu entrei, acredito que a OASIS me permitiu ter uma visão muito maior do campo da administração (ENTREVISTA_06)

Aqui eu faço oficinas com Sara, Miriam e Marina que é uma bolsista nova que entrou agora. A gente faz oficina de finanças que ensina essas senhoras como fazer precificação. (ENTREVISTA_08)

Nessa segunda fala, o informante se refere a oficina que desenvolve com uma experiente técnica que se encontra na OASIS desde 2010, quando se inseriu na OASIS para realizar Especialização em Economia Solidária e Desenvolvimento Territorial. Esse fato demarca um modo isonômico no compartilhamento de experiências e no relacionamento horizontal.

O vocábulo *Professor* destacou-se nesta classe para se referir ao coordenador do grupo OASIS. O fato se deve à presença, na equipe, de estudantes de graduação do Curso de Administração, que com ele estudam disciplinas do domínio da gestão social e se sentem motivados a integrar a equipe:

Paguei a disciplina com o professor Washington, que foi a de Gestão de Empreendimentos Não-Governamentais. Ela foi a que abriu os meus olhos para a parte da gestão social. Foi o primeiro passo para eu vir para cá para a OASIS.. (ENTREVISTA_06)

Há, assim, influência do ensino de graduação na formação de identidade de estudantes com causas e temas do domínio da gestão social, o que ocorre, especificamente, com estudantes de Administração, em virtude do vínculo da OASIS, por intermédio do seu idealizador e coordenador, com o Departamento de Ciências Administração e o Programa de Pós-Graduação em Administração (mestrado e doutorado). Não apenas estudantes de Administração demonstraram apreço ao referido professor. Todos os estudantes, ao longo da entrevista, pontuaram respeito ao docente pelo conhecimento e pela experiência em incubação de empreendimentos econômicos solidários. Há, todavia, estudantes que o coloca em posição hierárquica de comando, superior, ainda que se sentindo inclusos.

Parte do grupo registra que se vê estimulada a trabalhar em pesquisa, em um grupo que tem origem na extensão como incubadora social, vinculada à Rede Unitrabalho. Quer pela via da pesquisa, quer pela via da extensão, ao longo desta investigação ficou claro que, na atuação da OASIS, estão presentes dimensões de formação interdisciplinar, multidisciplinar e transdisciplinar, esta, pela via de uma dimensão intersubjetiva que atricula vivências entre saberes científicos (estudantes da UFRN) e de senso comum (atores sociais de diversos empreendimentos populares). O Quadro 6, abaixo, sintetiza expressões utilizadas pelos informantes que evidenciam a presença das três dimensões de formação supracitadas.

Em perspectiva multidisciplinar, o Entrevistado_04 (aluno do Curso de Design), comenta contribuições que os demais forneceram a uma proposta de oficina apresentada, a todo o grupo de bolsistas, pelos novos membros, alunos de Comunicação. Nesse caso, é nítida a presença de uma dimensão multidisciplinar. Em outra situação, o Entrevistado_08, estudante do Curso de Administração, registra como, no campo, se torna necessário o diálogo entre domínios distintos do conhecimento tais como finanças, marketing, desenvolvimento de produtos e comportamento do consumidor. No desenvolvimento de produtos de artesanato, é importante registrar, a OASIS dispunha, à época da pesquisa, de estudantes de graduação dos cursos de Arquitetura e Design. Em termos de desenvolvimento de produtos alimentícios, havia dois estudantes de Nutrição (no momento da coleta dos dados, a OASIS se encontrava prestando assessoria a uma tapiocaria).

O Entrevistado_02 destaca outro viés de formação – a transdisciplinaridade. Trata-se de aluno do Curso de Gestão Ambiental que, ao abordar contribuições da OASIS à sua formação pessoal e profissional, registrou a interação entre saberes distintos – acadêmico e popular – na formulação de uma proposta de oficina. O estudante claramente pontua a liberdade que concedeu para que o público-alvo da sua oficina pudesse opinar a respeito do que deveria ser feito e como deveria ocorrer a atividade. Trata-se, aqui, de uma situação em que um acadêmico livremente abre espaço para diálogos com conhecimentos do chamado senso comum e com limitações cognitivas de pessoas em situação de escolaridade limitada e de vulnerabilidade socioeconômica.

Quadro 6 – Exemplos de Articulação de Saberes

Dimensões	Dados da Pesquisa
Multidisciplinar	<i>“Eu estava observando o pessoal que entrou agora. Teve reunião, juntou todo mundo, e aí eles tiveram ideias para oficina de cada um. Daí. Depois, discutiu todo mundo o que poderia mudar etc.” (ENTREVISTA_04)</i>
Interdisciplinar	<i>“Aqui eu faço oficinas, aplico oficinas com Sara e com Miriam e Marina, que é uma bolsista nova que entrou agora. A gente faz oficinas de finanças que ensina essas senhoras a como fazer precificação, custos dos produtos, oficinas de marketing, para ajudar elas a fazerem, como é que funciona o produto, como é que funciona o cliente, como é que funciona o consumidor em geral.” (ENTREVISTA_08)</i>
Transdisciplinar	<i>“A oficina foi o seguinte: primeiro fizemos uma reunião com elas [mulheres do segmento do artesanato]. Não fui eu quem construí; foram elas que construíram a oficina.” (ENTREVISTA_02)</i>

Fonte: Dados da pesquisa (2018).

A multidisciplinaridade trata da justaposição de disciplinas, cada um tratando o saber sob sua própria ótica (ALMEIDA FILHO, 1997). O primeiro registro acima refere-se a um relato de reunião em que estudantes de áreas distintas dialogam entre si com o propósito de aprimorar as oficinas realizadas. A segunda fala expõe um momento em que estudantes de várias áreas do conhecimento buscam, conjuntamente, a resolução de problemas do cotidiano dos grupos assessorados pela OASIS. Numa atuação interdisciplinar, “acontece uma interpenetração de conceitos, integração real entre as disciplinas, que possuem vários objetivos, mas, com uma problemática em comum, existindo uma coordenação” (SANTOS et al, 2006).

A compreensão a respeito de interdisciplinaridade, presente na literatura em economia solidária, “quando pensado em sua complexidade exige que se supere os limites entre as disciplinas e que seja formulado como transdisciplinaridade”. (EID, 2004, p.1). Na transdisciplinaridade ocorre, portanto, uma forte relação entre as disciplinas, que gera um novo campo, com teoria independente e com procedimentos próprios (JAPIASSU, 1976). Nesta última perspectiva, um dos estudantes revela como eles elaboram oficinas respeitando saberes e Imitações de segmentos populares e partindo de necessidades por eles trazidas. Trata-se de momento em que participantes de um empreendimento interferiram numa proposta da oficina com propósitos de adequação da linguagem e de procedimentos.

A OASIS promoveu em 2017 o evento Etnomatemática, Finanças de Proximidade e Desenvolvimento Solidário, e, analisando sob a perspectiva transdisciplinar, a Etnomatemática é um exemplo de um novo campo criado em termos de articulação de saberes. A Etnomatemática busca entender o conhecimento matemático de culturas periféricas, além de procurar entender “o ciclo da geração, organização intelectual, organização social e difusão desse conhecimento” (D’AMBROSIO, 2002, p.13), diversas disciplinas se integram para que a Etnomatemática. aconteça

Os três exemplos referidos indicam que a articulação de saberes na incubadora OASIS se dá de formas variadas ao longo da atuação dos estudantes, garantindo-lhes diferenciais na formação acadêmica e pessoal. O ideal é que se possa, sempre, alcançar processos formativos com base na transdisciplinaridade, pois ela “é a articulação de saberes com maior grau de interação e troca entre universos disciplinares distintos” (BOSIO, 2008, p.48). Nesse quesito, a OASIS, e, de modo ampliado, as congêneres deste campo das incubadoras sociais, adquirem diferencial formativo particular, quando constituem diálogos entre perfis populacionais diversos e integram pesquisa e extensão, assumindo relevância acadêmica peculiar.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta dissertação assumiu o objetivo de *analisar*, à luz de preceitos de autogestão, processo de *incubação* em economia solidária tomando como base empírica vivências de estudantes do grupo *Organização de Aprendizagem e Saberes em Iniciativas Solidárias e Estudos no Terceiros Setor* (OASIS/UFRN). Para tanto, foi realizada pesquisa qualitativa mediante estratégia de estudo de caso, operacionalizada por meio de coleta de dados em documentos e, entrevista semiestruturada e observação junto a alunos de graduação do referido grupo. A partir de arcabouço teórico específico em autogestão, foram geradas as categorias de análise *tomada de decisões, divisão e participação no trabalho, relação com parceiros, conhecimento sobre autogestão e economia solidária, divisão do trabalho entre planejamento e execução, relações pessoais, hierarquização e educação*.

As categorias teóricas, extraídas da literatura a partir de revisão sistemática, foram alinhadas a resultados de um corpus textual processado no software IRAMUTEQ que, por sua vez, gerou as classes temáticas contribuições, experiência, autogestão, incubadora, atividade e empreendimento. O software tornou-se útil à análise de conteúdo, de natureza léxica, agrupando vocábulos em classes que corresponderam – e puderam ser correlacionadas – às categorias teóricas extraídas da revisão da literatura. A análise léxica, conforme indica Lahlou (1994) permite que se supere interpretações dicotômicas entre quantitativo e qualitativo, na análise de dados, por possibilitar o emprego de cálculos estatísticos em variáveis essencialmente qualitativas - textos. A análise textual, léxica, foi aqui empregada com base em produções individuais, isto é, em resultados de entrevista semiestruturada com alunos de graduação. Após transcrição, os textos individuais se transformaram em um *corpus* (unificado) de análise.

Três eixos analíticos foram gerados após o processamento do corpus no IRAMUTEQ: Eixo A formado pela categoria *empreendimento*; Eixo B constituído pelas categorias *autogestão* e *incubadora*; Eixo C composto por *experiências, contribuições e atividade*. A categoria *empreendimento* evidenciou que, no processo de incubação na OASIS, existe a preocupação de atender a necessidades dos coletivos assessorados (referidos pelos informantes como associações. Já em *domínios em autogestão*, apesar de os estudantes de graduação não precisarem o conceito, são nítidas as experiências no cotidiano, tanto em atividades de incubação de empreendimentos de economia solidária quanto internamente, no que se refere ao modo como apreendem a gestão do grupo OASIS.

Os registros na categoria *incubadora* sugerem um entendimento dual por parte dos estudantes de graduação. Uma tendência centra-se na liberdade para elaborar o trabalho autonomamente em relações horizontais, isonômicas. Em contraposição, há questionamento em torno da centralização de determinadas tarefas, ou, da tomada de decisão em certos membros da equipe (no caso, os mais experientes). Nesse caso, observações ocorridas durante a coleta apontam a existência de processos burocráticos próprios da gestão pública – por exemplo, o uso de instrumentos e procedimentos para captação, execução e prestação de contas de recursos financeiro-orçamentários. Assim, há de se reconhecer que temas particulares, do modo como opera a burocracia pública, se mostram impróprios à discussão coletiva e até desinteressantes em virtude de detalhes que são de interesse e de responsabilidade exclusiva de quem executa recursos públicos e é obrigado a cumprir uma série de exigências legais – na captação, na execução, na prestação de contas.

A categoria *contribuições* indica que os estudantes atribuem relevância social e pedagógica ao trabalho por eles realizado – tanto para os empreendimentos quanto em termos de formação acadêmica, profissional/pessoal. Tal resultado confirma a premissa 3 – a de que as experiências de incubação de empreendimentos econômicos solidários assumem relevância na formação acadêmica e profissional e justificam o exercício de sistematização de habilidades adquiridas pelos estudantes como estratégia de retroalimentação pedagógica. As competências reconhecidas realçam, principalmente, contribuições à formação profissional, numa perspectiva de atendimento a público diferente do que se estuda no curso de graduação. Esse resultado confirma outra premissa aqui levantada (premissa 1), qual seja, a de que os estudantes do grupo OASIS /UFRN se apropriam de habilidades específicas quando comprometidos com finalidades de promoção de sistemas autogestionários. Todos os entrevistados avaliam positivamente a experiência acadêmica na OASIS, em ambiente de incubação de empreendimentos econômicos solidários que, inclusive, possibilita a realização simultânea de pesquisas e se constitui diferencial na formação. Assim, a premissa 2 é igualmente confirmada, uma vez que a experiência acadêmica em ambiente de incubação de empreendimentos econômicos solidários constitui diferencial na formação profissional e, assim, é pelos estudantes valorizadas

A categoria *atividade* revela que a equipe de estudantes é originária de várias áreas do conhecimento – Nutrição, Arquitetura, Agronomia, Psicologia, Gestão Ambiental, Comunicação, Administração – e trabalha de forma integrada. Neste quesito, a administração da OASIS é positivamente avaliada. A categoria *atividade* revelou um fato específico, relacionado a alunos de Administração – a influência do ensino de graduação na formação de

identidade de estudantes com causas e temas do domínio da gestão social. Tal fato advém, exclusivamente, da convivência em sala de aula dos estudantes de Administração com o coordenador da OASIS, vinculado ao Departamento de Ciências Administração.

A autogestão foi evidenciada na prática interna da equipe, que sustenta uma formação diferenciada aos alunos. A OASIS se constitui como um ambiente de experimentação da autogestão, não sendo apenas um tema da Economia Solidária a ser abordado na formação dos empreendimentos. Em relação ao número de projetos de pesquisa, ensino e extensão; observou-se que os membros do grupo OASIS mantem uma busca ativa de possibilidades de edital de captação de recursos em entidades de fomento. Sempre que algum membro localiza uma nova oportunidade, socializa com todos do grupo. Esta cultura é desde a origem do grupo com a UNITRABALHO, que também possui a mesma prática de busca de recursos.

Como dificuldade ocorrida na realização desta pesquisa, há de se registrar o agendamento com os estudantes em virtude dos horários que cumprem na UFRN. São estudantes de vários cursos e centros, com funcionamento em turnos diversos e dinâmicas de calendário de atividades curriculares e extracurriculares específicas, por vezes ocupando os estudantes em dois ou três turnos. Além de ser um fator que atrapalhou a coleta de dados, algumas dificuldades no processo de incubação tem causas neste fator, como por exemplo, alunos que se acham sobrecarregados, mesmo não sabendo como é a atuação dos outros colegas, ou estudantes que desconhecem como outros poderiam ajudar em suas funções. Com estudantes atuando em diferentes horários, muitas das ações não são de conhecimento de todos. Por fim, como indicação para estudos futuros, sugere-se progressão na sistematização experiências de egressos, tanto do grupo acadêmico estudado quanto de congêneres, com o propósito de segmentar e aprofundar a natureza das competências formadas a partir de convivências em incubação em economia solidária e do acesso a leituras teóricas específicas no tema e, de modo ampliado, no domínio da gestão social.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, P. P. Autogestão. In: CATTANI, A.D. (Org). **A outra economia**. 1.ed. Porto Alegre: Veraz, 2003. p. 21-26.
- ALMEIDA FILHO, N. Transdisciplinaridade e Saúde Coletiva. **Ciência & Saúde Coletiva**. II (1-2), 1997.
- ALMEIDA, Heloisa Maria Mendes de. Autogestão: da idéia às práticas. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 23, n. 1, p. 37-57, 1983.
- AZEVEDO, Alessandra et al. Incubadora tecnológica de cooperativa x incubadora de empresas de base tecnológica: diferenças e semelhanças no processo de incubação. **Revista Ciências Administrativas**, v. 12, n. 1, p. 25-34, 2006.
- BEHR, Ricardo Roberto; DE PAULA, Ana Paula Paes; DE OLIVEIRA BARRETO, Raquel. A construção da autogestão na COOPERMINAS e na COOPERMAMBRINI. **Revista ORG & DEMO**, v. 17, n. 01, 2016.
- BERMÚDEZ, Luís Afonso. Incubadoras de empresas e inovação tecnológica: o caso de Brasília. **Parcerias estratégicas**, v. 5, n. 8, p. 31-44, 2009.
- BRASIL, M.; SILVA, M.; BRASIL, F. Indicadores no processo de incubação: o caso da Incubadora de Empreendimentos Solidários (IESol/UEPG). In: **Trabalho apresentado no IV Congresso da Rede Universitária de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares–Rede ITCPs**. Salvador. 2015.
- BRASIL. Secretaria Nacional de Economia Solidária. **Guia de Orientações e Procedimentos do SIES**. Sistema de Informações em Economia Solidária (Sies – 2009/2010). Brasília: Senaes; MTE, 2009. Disponível em: <http://cirandas.net/articles/0011/6741/sies_guia_2009_01.pdf>. Acesso em: 15 Fev. 2018
- BRASIL. Secretaria Nacional de Economia Solidária. **SIES – Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária**. Disponível em: <<http://sies.ecosol.org.br/sies>>. Acesso em: 15 Fev. 2018.
- BUNCHAFT, A.F.; GONDIM, S.M.G.; **Rev. Estudos de Psicologia**, PUC-Campinas, v. 21, n. 2, p. 63-77, maio/agosto 2004.
- CAMARGO, Brígido Vizeu; JUSTO, Ana Maria. IRAMUTEQ: um software gratuito para análise de dados textuais. **Temas em psicologia**, v. 21, n. 2, 2013.
- CAMPOS, Silvana T. de; MASCARENHAS, Thais S.. Metodologia da ITCP-USP: nossas escolhas. In: MELLO, Sylvia Leser de; SÍGOLO, Vanessa Moreira; BARBIERI, Estela Maria. **Economia solidária e autogestão: encontros internacionais**. São Paulo: Nesol-USP, ITCP-USP, 2007. p. 193-199. Vol. 2.
- CANÇADO, Airton Cardoso. A construção da autogestão em empreendimentos da economia solidária: uma proposta metodológica baseada em Paulo Freire. **Gestão Social: práticas em debate, teorias em construção**. Fortaleza: Imprensa Universitária, p. 97, 2008.

CARVALHO, N. V. Autogestão: o governo pela autonomia. São Paulo: Brasiliense, 1983. 156p.

CASTILHO, María Augusta; MARIANI, Milton Augusto Pasquotto; GARCIA, Ricardo Alexandre Martins. Economía solidaria y condiciones de autogestión en emprendimientos económicos solidarios en el municipio de Aquidauana (MS-Brasil). **Estudios y perspectivas en turismo**, v. 21, n. 5, p. 1225-1243, 2012.

COELHO, Hugo Palma. Extensão Universitária, Economia Solidária e Desenvolvimento Local: A ITES-UFBA: Incubadora Tecnológica da Universidade Federal da Bahia. In: CONGRESSO IBEROAMERICANO DE EXTENSION UNIVERSITARIA, 6, 2011, Santa Fé. Anais.... Santa Fé, Argentina: Unl, 2011. p. 01 - 21.

COGGIOLA, Osvaldo. O movimento operário nos tempos do manifesto comunista. **Available in:** <http://www.pucsp.br/cehal/downloads/textos/ATT00599.pdf>. Access, v. 19, n. 06, 2014.

COSTA, Bianca Aparecida Lima. Economia solidária e o papel das incubadoras tecnológicas de cooperativas populares no Brasil: a experiência de extensão universitária da ITCP-UFV. **Revista ELO–Diálogos em Extensão**, v. 2, n. 2, 2015.

CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa:** métodos qualitativos, quantitativos e mistos. 2ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.

CULTI, Maria Nezilda. **Economia Solidária no Brasil:** tipologias dos empreendimentos econômicos solidários. 2014. Disponível em: <http://www.unitrabalho.uem.br/administracao/bd_artigos/arquivos/290814111548.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2018.

D'AMBROSIO, Ubiratan. Etnomatemática e educação. **Reflexão e Ação**, v. 10, n. 1, p. 7-19, 2002.

DUARTE, Rosália. Pesquisa qualitativa: reflexões sobre o trabalho de campo. **Cadernos de pesquisa**, n. 115, p. 139-154, 2002.

EID, Farid. Análise sobre processos de formação de incubadoras universitárias da Unitrabalho e metodologias de incubação de empreendimentos de economia solidária. **Trabalho e educação: arquitetos, abelhas e outros tecelões da economia popular solidária. São Paulo: Ideias & Letras**, v. 1, p. 167-188, 2004.

FARIA, Maurício Sardá. **Autogestão, cooperativa, economia solidária: avatares do trabalho e do capital.** 2005. Tese (Doutorado em Sociologia) — Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

FARIA, Maurício Sardá de. **...Se a coisa é por aí, que autogestão é essa? Um estudo da experiência “autogestionária” dos trabalhadores da Makerly Calçados.** Florianópolis. UFSC, 1997. [Dissertação de mestrado em Administração].

FARIA, José Henrique de. Autogestão, economia solidária e organização coletivista de produção associada: em direção ao rigor conceitual. **Cadernos EBAPE. BR**, v. 15, n. 3, p. 629-650, 2017.

FARIA, J., LEAL, A., ATTIE, J., HIRAYAMA, W., MATOS, R., & DUTRA, R. (2008). AUTOGESTÃO E PODER: ESQUEMA DE ANÁLISE DAS RELAÇÕES DE PODER EM ORGANIZAÇÕES COM CARACTERÍSTICAS AUTOGESTIONÁRIAS. **ANAIS DO ENCONTRO DE ESTUDOS ORGANIZACIONAIS (ENEO)**, BELO HORIZONTE, MG, BRASIL, 5.

FERNANDES, Fernando Manuel Bessa; MOREIRA, Marcelo Rasga. Considerações metodológicas sobre as possibilidades de aplicação da técnica de observação participante na Saúde Coletiva. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, v. 23, p. 511-529, 2013.

FERRAZ, Deise Luiza da Silva; DIAS, Patrícia. Discutindo autogestão: um diálogo entre os pensamentos clássico e contemporâneo e as influências nas práticas autogestionárias da economia popular solidária. **Organizações & Sociedade**, v. 15, n. 46, p. 99-117, 2008.

FLICK, Uwe. **Introdução à pesquisa qualitativa**. 3ª ed. Tradução Joice Elias Costa. Porto Alegre: Artmed, 2009

FRAGA, L. **Extensão e transferência de conhecimento: as Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares**. Tese de Doutorado, Instituto de Geociências, DPCT, 2012.

GAIGER, Luiz Inácio. O Mapeamento Nacional e o conhecimento da Economia Solidária. **Revista da ABET**, 2013.

GALVÃO, Marisa Nunes; CIFUENTES, Ricardo. Cooperação, autogestão e educação nas novas configurações do trabalho. **Revista ORG & DEMO**, v. 2, n. 1, p. 29-40, 2001.

GODOY, Arilda Schmidt. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. **Revista de Administração de Empresas**. São Paulo, v. 35, n. 3, p. 20-29. Mai./Jun. 1995.

GÓMEZ, María Guadalupe Ortiz. ¿Neoliberalismo autogestivo? La cultura de autogestión para el desarrollo como una herramienta analítica. **PARA UN ANÁLISIS CRÍTICO DEL CONCEPTO DE POSCOLONIALIDAD**, p. 416, 2013.

GUERRA, Ana Carolina. **Gestão de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares: Uma análise comparativa**. Dissertação (Mestrado) – Curso de Administração, Universidade Federal de Lavras, Lavras-MG, 2008.

GUILLERM, Alain; BOURDET, Yvon. **Autogestão: uma mudança radical**. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

GREENBERG, Edward S. **Workplace Democracy: the political effects of participation**. Ithaca and London: Cornell, 1986

HOBBSAWM, Eric. **A era das revoluções: 1789-1848**. Editora Paz e Terra, 2015.

JAPIASSU, H. **Interdisciplinaridade e patologia do saber**. Rio de Janeiro: Imago. 1976. 220 p.

KIRSCH, Rosana. **Incubação de empreendimentos da economia solidária e as implicações das relações de reciprocidade**. Dissertação (Mestrado em Sociologia), UnB. Brasília, 2007. 260p

KOBAQUIM, Antonio; QUINTAES, Roberto Antonio. Autogestão: alternativa socialista para o capitalismo. **Rev. adm. empres.**, São Paulo, v. 12, n. 3, p. 96-99, Sept. 1972. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-75901972000300009&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 26 de maio de 2018.

LAHLOU, Saadi. L'analyse lexicale. *Variances*, n. 3, p. 13-24, 1994. Disponível em: <[http://eprints.lse.ac.uk/32941/1/L%27analyse_lexicale_\(lsero\).pdf](http://eprints.lse.ac.uk/32941/1/L%27analyse_lexicale_(lsero).pdf)> Acesso em 20 de junho de 2018.

LAHLOU, Saadi. Text mining methods: an answer to Chartier and Meunier. **Papers on Social Representations**, v. 20, n. 38, p. 1-7, 2001.

LECHAT, Noëlle MP; SILVA BARCELOS, Eronita da. Autogestão: desafios políticos e metodológicos na incubação de empreendimentos econômicos solidários. **Revista katalysis**, v. 11, n. 1, 2008.

LISBOA, Armando de Melo. Economia solidária e autogestão: imprecisões e limites. **RAE-Revista de Administração de Empresas**, v. 45, n. 3, 2005.

LISBOA FILHO, Flavi Ferreira et al. Identidade e incubação – contribuições a partir da comunicação organizacional e institucional: experiências de uma Incubadora Social. In: INTERCOM – SOCIEDADE BRASILEIRA DE ESTUDOS INTERDISCIPLINARES DA COMUNICAÇÃO. XXXVIII CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO. 2015, Rio de Janeiro. **Anais eletrônicos...** Disponível em: <<http://www.portalintercom.org.br/anais/nacional2015/resumos/R10-3215-4.pdf>> Acesso em: 18 jun. 2018.

MAGRO, Márcia Luíza dal Pit; COUTINHO, Maria Chalfin. **Os sentidos do trabalho para sujeitos inseridos em empreendimentos solidários**. 2006. Tese de Doutorado. Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Psicologia.

MATOS, Leís Ferreira de. **Extensão universitária e economia solidária**: efeitos e potenciais de ações de incubadoras da UFRN na comunidade povoado Cruz Currais Novos/RN. 2015. 96f. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão de Processos Institucionais) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2015.

MINAYO, M. C. S. (Org). **Pesquisa social**: Teoria, método e criatividade. 31 ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

MOTTA, F.C.P. **Burocracia e autogestão**: a proposta de Proudhon. São Paulo: Brasiliense, 1981.

NASCIMENTO, Adriano Roberto Afonso do; MENANDRO, Paulo Rogério Meira. Análise lexical e análise de conteúdo: uma proposta de utilização conjugada. **Estudos e pesquisas em Psicologia**, v. 6, n. 2, p. 72-88, 2006.

OLIVEIRA, Benedito Anselmo Martins de. **COPROCOL: um caso de contrapoder cooperativo?** Dissertação (Mestrado)-Universidade Federal de Lavras, Lavras, MG, 1996.

OLIVEIRA, D.C. Análise de Conteúdo Temático-Categorial: Uma proposta de sistematização. **Rev. Enferm.**, v. 16, n. 4, pp. 569-576, UERJ, Rio de Janeiro, out/dez 2008.

ORNELLAS, Thuê Camargo Ferraz de et al. Aspectos históricos, culturais e sociais do trabalho. **Revista Brasileira de Enfermagem**, 2006.

PISICCHIO, Rosely Jung; BONORA, Ana Paula Machado. O Papel da Universidade na disseminação da Economia Solidária: A experiência de uma Incubadora de Empreendimentos Solidários. **Trabalho (En) Cena**, v. 2, n. 1, p. 144-155, 2017.

POCHMANN, Marcio. Economia solidária no Brasil: possibilidades e limites. **IPEA Mercado de Trabalho**, 2004.

ROSANVALLON, Pierre. **La autogestión**. Madrid: Editorial Fundamentos, 1979.

SANTOS, Andréa Paula et al. INCUBADORA DE EMPREENDIMENTOS SOLIDÁRIOS: UMA NOVA PERSPECTIVA INTERDISCIPLINAR. **Revista Conexão UEPG**, v. 2, n. 1, p. 48-51, 2006.

SENAES. **Atlas da Economia Solidária no Brasil**. 2005-2007. Org. Associação Nacional dos Trabalhadores e Empresas de Autogestão e Participação Acionária – ANTEAG. São Paulo: Todos os Bichos, 2009

_____. **Avanços e Desafios para as Políticas Públicas de Economia Solidária no Governo Federal 2003/2010**. Brasília, 2012.

_____. **Manual de orientações sobre o cadastro de empreendimentos econômicos solidários**. Brasília, 2017.

SILVA, L. A. C.. A autogestão e a incubadora solidária da UFCG: estudo de campo com o grupo de arte em vidro e a emancipação de seus atores sociais.. In: SENGEBBIO-SIMPÓSIO DE ENGENHARIA DE BIOTECNOLOGIA E BIOPROCESSOS DO SEMIÁRIDO., 2014, Sumé-PB. **A autogestão e a incubadora solidária da UFCG: estudo de campo com o grupo de arte em vidro e a emancipação de seus atores sociais.**, 2014.

SILVA, Luiz Antonio Coelho da. **Um olhar sobre a autogestão: metodologias e práticas coletivas na formação de atores sociais**. 2015. 196f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2015.

SILVA, Michele Cristhina et al. **Cooperativismo no Brasil: um estudo comparativo de três perspectivas com ênfase na região de Florianópolis**. Dissertação (Mestrado) – Curso de Administração, Universidade do Vale do Itajaí, Biguaçu-SC, 2009.

SINGER, Paul. **Introdução à economia solidária**. Fundação Perseu Abramo, 2002.

_____. **Uma utopia militante**: repensando o socialismo. São Paulo: Vozes, 1998

SOLTEC/UFRJ - Núcleo de Solidariedade Técnica Universidade Federal do Rio de Janeiro. **Avaliação Proninc**: avaliação participativa, qualitativa e quantitativa das ações do Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares – Relatório Final. Rio de Janeiro: Soltec/UFRJ, 2017.

TAUILE, José Ricardo e RODRIGUES, Huberlan. “Economia Solidária e autogestão: a criação e a recriação de trabalho e renda.” **IPEA Mercado de Trabalho**, 24 de agosto de 2004.

TEIXEIRA, Luiza Reis. **Perfil organizacional de Empreendimentos Econômicos Solidários em Salvador**. XXXI EnAnpad. Rio de Janeiro, 2007.

VERARDO, Luigi. Economia solidária e autogestão. **Proposta**, ano, v. 30, p. 56-61, 2003.

VERGARA, Sylvia. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 14 ed. São Paulo: Atlas, 2013.

VIANA, Nildo. **Autogestão e Ideologia. Marxismo e Autogestão**, v. 1, n. 2, p. 191-209, 2014.

WIRTH, Ioli G.; FRAGA, Laís; NOVAES, Henrique T. Educação, Trabalho e Autogestão: limites e possibilidades da Economia Solidária. **Batista, Eraldo Leme; Novaes, Henrique Tahan. Trabalho, educação e reprodução social: as contradições do capital no século XXI**. Bauru: Canal, v. 6, p. 191-218, 2011.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: Planejamento e Métodos**. 5ª ed. Porto Alegre: Bookman, 2015.

ZAMORA, M. A. M. . Em casa de ferreiro espeto de pau? Ensaio sobre a autogestão nas ITCP's. 2011. (Apresentação de Trabalho/Congresso).

APÊNDICES

APÊNDICE A – RESULTADOS DA BUSCA NO CATÁLOGO DE TESES E DISSERTAÇÕES DA CAPES

ANO 2006			
AUTORES	TÍTULO	PUBLICAÇÃO	OBJETIVOS
Maria Carolina de Azevedo Ferreira de Souza; Alessandra Azevedo Luiz José Rodrigues Oliveira Nguyen Tufino Baldeón	Incubadora tecnológica de cooperativa x incubadora de empresas de base tecnológica: diferenças e semelhanças no processo de incubação	Revista Ciências Administrativas, v. 12, n. 2.	Comparar ferramentas de incubação de cooperativas populares e de empresas, identificando especificidades e possíveis intersecções, além do papel exercido por elas na universidade. Apresenta o caso das incubadoras da Unicamp.
Gleny T. D. Guimarães Cleverton Maciel Karen Eidelwein	Transformações no mundo do trabalho, Economia Solidária e sua relação com Incubadoras Sociais	Revista Textos & Contextos Porto Alegre., v. 6, n. 1.	Destacar e trazer reflexões sobre a importância do trabalho de implantação de incubadoras sociais
Ana Lucia Cortegoso	Identificação e descrição de relações comportamentais na economia solidária	Psicologia Ciência e Profissão, v. 27, n. 2.	Descobrir que comportamentos, nas relações organismo-ambiente, fazem parte da economia solidária como organização para o trabalho e repercussão na sociedade
Noëlle M. P. Lechat Eronita da Silva Barcelos	Autogestão: desafios políticos e metodológicos na incubação de empreendimentos econômicos solidários	Rev. Katál, v. 11, n. 1.	Apresentar uma reflexão sobre a metodologia autogestionária praticada pelos membros de uma incubadora universitária de economia solidária
Solange Quirino Nina Rosa Cunha France Maria Contijo Coelho	Cooperativismo de Base Solidária: uma experiência de incubação que pode dar certo?	Revista da Micro e Pequena Empresa, v. 2, n. 1.	Apresentar a experiência de incubação, ressaltando os principais problemas e obstáculos vivenciados pelo grupo e pela equipe que conduziu o processo
ANO 2009			
Takeshy Tachizawa	Desenvolvimento Local Sustentável: Projeto de novos modos sócio-produtivos e de sistemas alternativos de produção e emprego.	Revista Sociais e Humanas, v. 22, n. 2.	Diagnóstico no contexto socioambiental de Campo Limpo Paulista e região, para a criação de uma incubadora destinada ao desenvolvimento de empreendedores sociais e suporte técnico aos empresários de micro e pequenas empresas – MPE voltados ao turismo ecológico
Alnary Nunes Rocha Filho Luiz Alexandre Gonçalves Cunha	Economia solidária: alternativa de desenvolvimento, geração de trabalho, renda e resistência à exclusão social	Emancipação, v. 9, n. 1.	Analisar a proposta de criação de uma alternativa de desenvolvimento cujo ponto principal é a possibilidade de se desconcentrar renda e poder, apontando para estratégias que façam frente ao crescente número de trabalhadores desempregados ou empregados de forma precária
Douglas Tavares Borges Leal Sílvia Pereira de Castro Casa Nova	Métodos dramáticos aplicados a intervenções socioeducativas de Autogestão e Contabilidade	Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade, v. 3, n. 3.	Verificar quais as contribuições que o uso de técnicas dramáticas pode proporcionar no âmbito de intervenções socioeducativas de Autogestão

Pedro Claudio Cunca Bocayuva	Trabajo asociado y tecnología reflexiones a partir del contexto y de la experiencia de las Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares en Brasil	Iconos. Revista de Ciencias Sociales , n. 33.	Descrever a articulação ente a organização sócio produtiva dos grupos populares e a construção e adequação de conhecimentos e tecnologias, a partir do ambiente de aprendizagem gerado pela experiência do PRONINC.
Marcia de Paula Leite	A Economia Solidária e o Trabalho Associativo - Teorias e realidades	RBCS , v. 24, n. 9.	Fazer um balanço de estudos sobre Economia Solidária. Trata-se de discutir, de um lado, o quadro teórico que os estudos sobre o tema vêm conformando tanto em nível internacional, como nacional, e, de outro, a importância que o fenômeno vem adquirindo nos dois casos.
Luis Felipe Melo Balhego Guilherme Gomes Ferreira Karen Eidelwein Carolina Ritter Gleny Terezinha Duro Guimarães	Economia Solidária no Contexto de Incubadoras Sociais	X Salão de Iniciação Científica PUCRS	Analisar a contribuição do processo de incubação para o desenvolvimento e sustentabilidade dos empreendimentos de geração de trabalho e renda na perspectiva da Economia Solidária.
Genauto Carvalho de França Filho Eduardo Vivian da Cunha	Incubação de Redes Locais de Economia Solidária: lições e aprendizados a partir da experiência do projeto Eco-Luzia e da metodologia da ITES/UFBA	Organizações & Sociedade , v. 16, n. 51.	Busca-se situar a especificidade da incubação de redes locais de economia solidária em relação à incubação de cooperativas populares, no intuito de apreender o caráter inovador da primeira em relação à segunda, bem como seu alcance, limites e desafios em termos metodológicos.
ANO 2010			
Marlise Sozio Vitcel Enise Barth Teixeira Fabio Roberto Moraes Lemes Denize Grzybovski	Contribuições da Economia Solidária para o Desenvolvimento Regional Sustentável: o caso da Incubadora Itesol da Unijuí	Desenvolvimento em Questão , v. 8, n. 16.	Descreve e analisa ações desenvolvidas pela Incubadora de Economia Solidária, Desenvolvimento e Tecnologia Social (Itesol), da Unijuí/RS
Rafael D'Almeida Martins José Carlos Vaz Eduardo de Lima Caldas	A gestão do desenvolvimento local no Brasil: (des)articulação de atores, instrumentos e território	Revista de Administração Pública , v. 44, n. 3	Discute a gestão do desenvolvimento local a partir de instrumentos selecionados por meio de uma análise exploratória não apenas conceitual e teórica, mas sobretudo prática.
ANO 2011			
Ataualpa Luiz de Oliveira	Um estudo sobre uma rede de apoiadores de cooperativas populares no Brasil.	Canadian Journal of Latin American and Caribbean Studies , vol. 36, n. 72.	Compreender os tipos de vínculos que formam e mantêm a Rede de ITCPs
Meire Joisy Almeida Pereira.	MULHERES INDÍGENAS E MIGRANTES: o desafio de comercializar produtos oriundos da economia solidária em mercados não solidários.	V Jornada Interna de Políticas Públicas	Revelar o processo de comercialização dos produtos oriundos dos empreendimentos econômicos solidários – EES de mulheres indígenas e migrantes em Boa Vista-RR
Airton Cardoso Cançado Jacqueline Elisa Furtado Barreto de Carvalho José Roberto Pereira	Gestão e racionalidade; análise da metodologia de incubação de cooperativas populares da ITCP/NESOL/UFT	Redes Unisc , v. 16, n. 3.	Analisar as premissas que embasam a metodologia de incubação da Incubadora Tecnológica de Cooperativas da Universidade Federal do Tocantins-ITCP/NESol/UFT

Renato Della Vechia Reinaldo Tillmann Tiago Nunes Antônio Cruz	A rede de ITCs – passado, presente e alguns desafios para o futuro	Diálogo , n.18.	Contextualiza historicamente e descreve o surgimento das incubadoras tecnológicas de cooperativas populares nas universidades brasileiras, bem como da rede que nasceu juntamente com elas (REDE DE ITCs).
Fátima Cruz-Souza Ana Lucia Cortegoso Maria Zanin Ioshiaqui Shimbo	As incubadoras universitárias de Economia Solidária no Brasil - Um estudo de caso.	Revista de estudos cooperativos , n. 106.	Analisa a trajetória da Incubadora da UFSCar, como estrutura a pesquisa, ensino e extensão universitária direcionadas aos processos de incubação de empreendimentos solidários.
Airton Cardoso Cançado Naldir dos Santos Vieira Anne Caroline Moura Guimarães Cançado.	Análise dos resultados obtidos pela metodologia dos indicadores de incubação de cooperativas populares em empreendimentos solidários do Bico do Papagaio/TO.	Revista Alcance , v. 18, n.4.	Analisar os resultados obtidos pela Metodologia dos Indicadores de Incubação de Cooperativas Populares utilizada pela ITC/UFT
Luís Moretto Neto Paulo Otolini Garrido Carlos Eduardo Justen	Desenvolvendo o aprendizado em gestão social: proposta pedagógica de fomento às incubadoras sociais	Cad. EBAPE.BR – FGV , v. 9, n. 3.	Apresenta uma abordagem da dimensão propositiva de fomento às incubadoras de projetos sociais, por intermédio de proposta pedagógica à luz da gestão social, em desenvolvimento no polo de educação a distância da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)
Jacob Carlos Lima Angela Maria Carneiro Araújo Cecília Carmen Pontes Rodrigues	Empreendimentos urbanos de Economia Solidária: alternativa de emprego ou política de inserção social?	Sociologia & Antropologia , v. 1, n.1.	Analisar o perfil desses empreendimentos buscando verificar como são organizados, seus indicadores de gestão participativa, sustentabilidade e suas possibilidades de garantir inserção social.
Carlos Weiner Mariano de Souza	Diálogos entre a geografia cultural e a arte-educação.	Raega-O Espaço Geográfico em Análise , v. 22.	Compreensão e análise dos resultados imagéticos produzidos a partir de uma experiência educacional em arte, que se pautou na utilização da linguagem fotográfica
Laura Vilela Rodrigues Rezende	Incubadoras sociais: gestão da informação e do conhecimento na construção da tecnologia social	Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação , v.2, n.2	Construir uma proposta de incubação de grupos populares cujo foco é a gestão da informação e do conhecimento, resultando na construção de uma tecnologia social.
ANO 2012			
Priscila Tagliaferro Rojo Carmen Lúcia Alves Filizola Sônia Regina Zerbeto Ana Lúcia Cortegoso	A experiência de incubar um empreendimento solidário formado por usuários de saúde mental	Revista Ciência & Saúde , v. 5, n. 2.	Descrever e refletir sobre a experiência de incubação um empreendimento solidário formado por usuários de saúde mental

Ricardo Alexandre Martins Garcia	Economia Solidária e condições de autogestão em empreendimentos econômicos solidários no município de Aquidauana - MS/Brasil	Estudios y Perspectivas en Turismo , Vol. 21, No. 5.	Verificar se os empreendimentos possuem característica de economia solidária, buscar a caracterização deles em relação a atividade do turismo e avaliar as condições de autogestão aplicadas a eles.
Genauto Carvalho de França Filho Jeová Torres Silva Júnior Ariadne Scalfoni Rigo	Finanças solidárias por meio de bancos comunitários de desenvolvimento enquanto estratégia de reorganização de economias locais: lições do caso Banco Palmas	Revista Adm. v. 47, n. 3	Refletir sobre potencialidades e desafios dos Bancos Comunitários de Desenvolvimento (BCDs) enquanto modalidade de organização socioeconômica inovadora na gestão do microcrédito junto a populações mais empobrecidas.
ANO 2013			
Meire Joisy Almeida Pereira Aldilene Vidal Oliveira Serra	Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares e Empreendimentos Solidários (ITCPES): o caso da incubadora da Universidade Federal de Roraima (UFRR) de 2006 a 2010	Revista de Administração de Roraima – RARR , v. 3, n. 1.	Descrever e compreender o papel da ITCPE/UFRR junto às Cooperativas populares
Renata Cristina Geromel Meneghetti	Educação matemática e economia solidária: Uma aproximação por meio da etnomatemática.	Revista Latinoamericana de Etnomatemática , v. 6, n. 1, 2013.	Investigar, do ponto de vista teórico, aproximações possíveis entre a Educação Matemática e a Economia Solidária
Juvêncio Borges Silva Mariana Leiu Richter	O papel dos movimentos sociais em prol da economia solidária: possibilitadores de cidadania e inclusão social	Universitas Jus , v. 24, n. 3.	Analisa os movimentos sociais que influenciaram na implementação da economia solidária como modelo contemporâneo, alternativo ao vigente e incentivador de novas práticas econômicas com o objetivo de inclusão social dos indivíduos que foram marginalizados pelo sistema econômico.
Taís Pentiado Godoy Julio Cezar Mairesse Siluk Leoni Pentiado Godoy Daniel Benitti Lorenzetti	O poder público e poder privado: direcionados aos interesses da Economia Solidária	Iberoamerican Journal of Industrial Engineering , v. 5, n. 9.	Investigar a importância da UFSM nos planos de gestão da economia solidária para o município de Santa Maria e atender o preceito da indissociabilidade de ensino, pesquisa e extensão, envolvendo os estudantes de graduação e pós-graduação em Engenharia de Produção.
Anderson Roberto Pires e Silva Maria José de Souza Barbosa Francivaldo dos Santos Albuquerque	Sustentabilidade de empreendimentos econômicos solidários: análise da Cooperativa dos Fruticultores de Abaetetuba	Rev. Pública, Adm. Pública, Rev. Adm. Pública , v. 47, n. 5.	Realizar uma análise do processo de incubação, uma tecnologia social voltada à sustentabilidade de empreendimentos econômicos solidários.
Silvia Gattai Douglas Murilo Siqueira Rosa Maria Fischer	Compreender os interesses e relações - estudo de projeto de implantação de incubadora de empreendimentos solidários	Revista Pensamento & Realidade , v. 28, n. 3.	Estudar quais são as relações que se estabelecem entre os atores sociais e as instituições envolvidas, bem como, quais são os interesses que movem esses agentes.
Silvia Gattai Marco Aurélio Bernardes	Papel e responsabilidades da universidade no processo socioeducativo presente em movimentos de economia solidária	Revista de Administração Mackenzie , v. 14, n. 6.	Análise do processo socioeducativo presente que ocorre como resultado da participação de pessoas e grupos em movimentos de economia solidária e contribuição da universidade nesse processo, por meio de projetos de extensão universitária.
Fernanda Abreu Nagem Sandro Pereira Silva	Institucionalização e execução das políticas públicas de economia solidária no Brasil.	Revista de Sociologia e Política , v. 21, n. 46.	Investiga a política pública de economia solidária no governo federal, implementada a partir de 2003 com a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), visando analisar com que mecanismos a temática se converte em política pública no âmbito do governo federal.

ANO 2014			
Rafael Gorni Felício Sílvia José Benelli	A análise institucional como ferramenta para a atuação no campo do trabalho cooperado na economia solidária	Diálogo , n. 27.	Realizar uma leitura sobre como a Economia Solidária (Ecosol) se constituiu institucionalmente no Brasil enquanto política pública.
Robinson Henrique Scholz Graciema Fátima da Rosa Maria de Lourdes Borges.	Estratégia como prática e aprendizagem na interação dos sujeitos recicladores: resultados da Incubadora de Empreendimentos Solidários, do Centro Universitário La Salle, Canoas, RS	Rev. Adm. UFSM , v. 7, Edição Especial.	Analisar as estratégias como práticas e a aprendizagem dos sujeitos em interação no âmbito da Incubadora de Empreendimentos Solidários, do Centro Universitário La Salle (Unilasalle), Canoas, Rio Grande do Sul (RS), juntamente aos sete empreendimentos incubados
Patricia Amelia Tomei Daniela Arantes Alves Lima	Análise das barreiras que dificultam a transformação do agricultor familiar em empreendedor rural no contexto brasileiro.	Revista Iberoamericana de Estrategia , v. 13.	Relacionar a questão do empreendedorismo rural e da agricultura familiar à questão da inovação e do desenvolvimento a partir da análise das barreiras enfrentadas pelo agricultor familiar (AF) que dificultam ou impedem sua transformação em empreendedor rural (ER).
Bernard Leca Jean-Pascal Gond Luciano Barin Cruz	Building 'Critical Performativity Engines' for deprived communities: The construction of popular cooperative incubators in Brazil	Organization , v. 21, n.5.	Investigar o processo pelo qual o modelo organizacional das cooperativas de trabalhadores se transforma em realidade social e, mais especificamente, mostrando como os estudiosos e as universidades podem contribuir para esse processo, apoiando a incubação desta forma organizacional alternativa.
Paulo Otolini Garrido Carlos Eduardo Justen	Incubadoras de Gestão Social e Gestão Universitária: possibilidades e contribuições a partir de análise comparativa	AOS - Amazônia, Organizações e Sustentabilidade , v.3, n.2.	Uma análise comparativa de três modelos de incubadoras – Incubadoras Tecnológicas de Empresas, Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares e Incubadora Tecnológica de Gestão Social (ITGS) – a partir das categorias analíticas do Novo Paradigma do Serviço Público, da Gestão Social e da Teoria da Delimitação dos Sistemas Sociais, procurando demonstrar as contribuições da ITGS para a gestão universitária e para a coletividade.
ANO 2015			
Gustavo Dambiski Gomes de Carvalho Rúbia Oliveira Corrêa June Alisson Westarb Cruz	Economia Solidária - Análise Estrutural e de Relacionamento de seus Atores: o Caso da Rede de Economia Solidária da Região Metropolitana de Curitiba-PR	Revista Eletrônica de Gestão & Sociedade , v. 9, n. 24.	Investigar a estrutura física e as motivações de agentes reunidos em rede; e abordar de forma teórico-empírica uma temática ainda pouco investigada pela comunidade científica brasileira – Redes de Economia Solidária
Eliana Perez Gonçalves de Moura Dinora Tereza Zucchetti	A Indissociabilidade na Universidade. Fragmentos de uma experiência	Revista Eletrônica de Educação , v. 9, n. 1.	Discutir a complexa, tensa e precária articulação entre ações de ensino, pesquisa e extensão na perspectiva da Indissociabilidade
Geusa da Purificação Pereira Marcelo Leles Romarco de Oliveira Tatiana Ribeiro Velloso Marcia Campos Gomes.	Experiência de assessoria como mecanismo de fortalecimento da economia solidária	Em Extensão , v. 14, n. 1	Apresentar a experiência de assessoria aos Grupos de Mulheres de Batatan e Bom Gosto, comunidades rurais situadas, respectivamente, nos municípios de Maragogipe e São Felipe, Bahia, Brasil.

Guipson Fontes Pinheiro Neto Mônica Cavalcanti Sá de Abreu	Desafios na incubação e sobrevivência no mercado: estudo multicaso em cooperativas de artesanato e confecção	Gepros: Gestão da Produção, Operações e Sistemas , v. 10, n. 3.	Investiga as trajetórias e os desafios no processo de incubação e sobrevivência cooperativas de artesanato e confecção no mercado competitivo.
Joelma Cristina Santos Benedito Anselmo Martins de Oliveira.	Possibilidades para a Psicologia na economia solidária: atuação numa ITCP.	Psicologia & Sociedade , v. 27, n. 2, 2015.	Relata uma experiência de inserção da Psicologia no campo da economia solidária, utilizando as contribuições teórico-metodológicas da Psicologia do Trabalho e da Psicologia Comunitária.
Vitor Hugo da Silva Vaz R. M. Teixeira Maria Elena Leon Olave	Empreendedorismo social feminino e motivações para criar organizações sociais: estudo de casos múltiplos em Sergipe	Revista ReGePe , v. 4, n. 3.	Analisar as motivações de mulheres para criar empreendimentos sociais.
ANO 2016			
Cíntia Rejane Möller de Araújo João Gabriel Silva Castro	Desafios Enfrentados pelos Empreendedores Sociais da Incubadora Pública de Empreendimentos Populares e Solidários de Osasco (IPEPS) para Consolidar seus Empreendimentos	Revista Administração em Diálogo , v. 18, n. 2.	Conhecer os desafios enfrentados pelos empreendedores sociais da Incubadora Pública de Empreendimentos Populares e Solidários de Osasco (IPEPS) para consolidar seus empreendimentos
Gustavo Matarazzo Sérgio Luís Boeira	Incubação de cooperativas populares: representações sociais e tensões entre racionalidades	Cad. EBAPE.BR – FGV , v. 14, n. 1.	Interpretar as construções de representações sociais sobre o processo de incubação, considerando a tensão entre as racionalidades instrumental e substantiva.
Perla Calil Pongeluppe Wadhy Rebeh Daniel Yacoub Bellissimo Adriana Cristina Ferreira Caldana	A Metodologia de uma Incubadora Tecnológica de Empreendimentos Solidários (ITES): Instrumento de Promoção de Inovação e Empreendedorismo?	Revista de Administração, Contabilidade e Economia da FUNDACE , vol. 7, n. 1.	Investigar como a metodologia de incubação de determinada ITES consegue incorporar os princípios de empreendedorismo e inovação nos EES incubados.
ANO 2017			
Adriana Rita Sangalli Madalena Maria Schlindwein José Adolfo Iriam Sturza.	Ações de pesquisa e extensão como perspectiva de mudança da paisagem no assentamento rural Lagoa Grande, em Dourados, Mato Grosso do Sul	Raega-O Espaço Geográfico em Análise , v. 39, p. 92-110.	Analisar os reflexos da pesquisa e da extensão rural na mudança de atitude dos assentados em relação às práticas agrícolas e pecuárias realizadas no assentamento rural Lagoa Grande.

APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO - TCLE

Prezado(a) participante,

Sou pós-graduanda do programa de Pós-graduação em Administração da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, e estou realizando pesquisa científica, em conformidade com a Resolução nº 510:2016 do CNS, sob supervisão do professor Washington José de Souza, cujo objetivo consiste em descrever a experiência de incubação de empreendimentos de economia solidária na Organização de Aprendizagens e Saberes em Iniciativas Solidárias (OASIS/UFRN) à luz de preceitos de autogestão.

Sua participação corresponde a participação em entrevista, que será gravada, se assim você permitir, prevista para durar aproximadamente 20 minutos.

A participação nessa pesquisa é voluntária e se decidir não participar ou desistir de continuar em qualquer momento, tem absoluta liberdade de fazê-lo.

Na publicação dos resultados desta pesquisa, sua identidade será preservada ficando mantida em rigoroso sigilo, além de serem omitidas todas as informações que possam identificá-lo(a).

Mesmo não tendo benefícios diretos em participar, indiretamente você estará contribuindo para a compreensão do fenômeno estudado e para a produção de novo conhecimento científico.

Quaisquer dúvidas ou esclarecimentos relativos à pesquisa podem ser fornecidas pela pesquisadora por meio do e-mail anapaula_adm@yahoo.com.

Atenciosamente,

Ana Paula Borba Costa
Pesquisadora

Local e data

Washington José de Souza
Professor supervisor

Consinto assim participar desta pesquisa e declaro ter recebido cópia deste termo de consentimento.

Nome e assinatura do participante

Local e data

APÊNDICE C – ROTEIRO – ENTREVISTA EM PROFUNDIDADE

DADOS DE IDENTIFICAÇÃO:

Nome: _____

Data de Nascimento: _____

Formação: _____

Tempo de vínculo com a OASIS: _____

- 1) Como você avalia sua experiência na incubadora?
- 2) Que contribuições esta experiência traz a sua formação acadêmica e profissional?
- 3) Fale a respeito da sua experiência no processo de incubação junto ao empreendimento a qual você trabalha?
- 4) Que observações você tem em relação à gestão dos empreendimentos?
- 5) Que observações você tem em relação à gestão da incubadora?
- 6) O que você entende por autogestão?